



15649137



08018.001832/2018-01



Ministério da Justiça e Segurança Pública
Secretaria Nacional de Justiça
CONARE_Em produção

NOTA TÉCNICA Nº 2/2021/CONARE_em_prod/CONARE/DEMIG/SENAJUS/MJ

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 08018.001832/2018-01

INTERESSADO: COMITÊ NACIONAL PARA OS REFUGIADOS

INTRODUÇÃO

Este documento tem como objetivo apresentar uma análise detalhada da situação de **Burkina Faso** no intuito de verificar a aplicabilidade do dispositivo de “Grave e Generalizada Violação de Direitos Humanos” para reconhecimento da condição de refúgio, conforme previsto no inciso III, art. 1º da Lei nº 9.474, de julho de 1997.

A **Declaração de Cartagena**^[1], de 1984, recomendou que os países considerassem, no seu conceito de refugiado, não apenas os elementos da Convenção de 1951 e o Protocolo de 1967, mas também aquelas pessoas que:

[...] tenham fugido dos seus países porque a sua vida, segurança ou liberdade tenham sido ameaçadas pela violência generalizada, a agressão estrangeira, os conflitos internos, a violação maciça dos direitos humanos ou outras circunstâncias que tenham perturbado gravemente a ordem pública (Declaração de Cartagena, 1984).

Para análise da incidência de grave e generalizada violação de direitos humanos conforme descrito na Declaração de Cartagena serão considerados, além de avaliação extensa e criteriosa da situação de Burkina Faso descrita no Estudo de País de Origem (EPO), a posição do Ministério das Relações Exteriores e a declaração de não retorno do Alto Comissariado da ONU para Refugiados (Acnur), quando disponível. Considerando esse conjunto de informações, o Comitê Nacional para os Refugiados (Conare) avalia e determina se Burkina Faso vive uma situação de grave e generalizada violação de direitos humanos.

A fim de facilitar a análise, as informações desta Nota Técnica estão consolidadas segundo as cinco dimensões listadas na Declaração: 1) **violência generalizada**; 2) **agressão estrangeira**; 3) **conflitos internos**; 4) **violação maciça de direitos humanos**; 5) **outras circunstâncias que tenham perturbado gravemente a ordem pública**. Antes desses aspectos, com o objetivo de situar as estruturas históricas, políticas e socioeconômicas do país, há uma introdução e uma breve contextualização conjuntural-política sobre Burkina Faso, organizadas nas seções “Contextualização – Panorama Geral” e “Cronologia dos Principais Eventos”. Ao final, há “Conclusões e Recomendações” e o quadro síntese deste documento.

CONTEXTUALIZAÇÃO – PANORAMA GERAL

1. Estruturas históricas, políticas e socioeconômicas de Burkina Faso

Os grupos étnicos que, hoje, habitam Burkina Faso chegaram à região entre os séculos XII e XV. Os povos **Gurma** e **Mossi** estabeleceram os reinos mais longevos, com destaque para o reino Ouagadougou e reino Yatenga. No final do século XIX, os estados europeus competiram pelo controle colonialista da região. Após disputas violentas, a França conquistou a área e a estabeleceu como um protetorado. Aproximadamente um século depois, em **1960, o país conquistou sua independência**, passando a adotar o nome Burkina Faso em 1984^[2].

A partir da década de 1990, promoveu-se a **desconcentração administrativa do país**, sendo estabelecidas 48 províncias (centros secundários). Mais recentemente, com a instituição de conselhos regionais indiretamente eleitos em 2005, materializou-se uma dinâmica mais perceptível de descentralização administrativa no país. Pela lei, as regiões e os municípios devem receber progressivamente poderes de acordo com as novas regras. Até o momento, porém, a percepção das análises políticas ora consultadas aponta para a manutenção da excessiva concentração de poder decisório no governo central, em Ouagadougou. Fato é que **as estruturas regionais ainda carecem de recursos financeiros e humanos**. O sistema centralizado é pouco adequado para manter a coesão social (e estatal) na atual crise na região do Sahel^[3].

A economia de Burkina Faso é predominantemente extrativista e agrícola-exportadora. O ouro, o manganês, o zinco, o calcário, o mármore, os fosfatos e o sal são seus principais ativos econômicos^[4]. Atualmente, **Burkina Faso ocupa a 144ª posição entre 157 países no novo índice de capital humano estabelecido pelo Banco Mundial e 40,1% de sua população vive abaixo da linha de pobreza**^[5]. O setor primário emprega 80% da população adulta, principalmente na agricultura de subsistência, e contribui com um quarto do PIB do país. Devido à falta de capacidade de irrigação, a agricultura tem sido altamente exposta às mudanças climáticas. O setor secundário contribui com uma parcela semelhante para a economia (1/4 do PIB, aproximadamente), sendo que 75% daqueles ativos são gerados pela indústria de mineração em expansão. **O ouro representa cerca de 85% das receitas de exportação, colocando Burkina Faso entre os cinco maiores exportadores de ouro da África**. O setor da mineração, no entanto, não é fortemente capilarizado junto à economia local e gera poucos empregos. Os serviços respondem por cerca de metade do PIB, com o varejo, o transporte e o setor público gerando mais empregos. A prestação de serviços públicos tem enfrentando um contexto cada vez mais difícil com a crescente violência e os conflitos se capilarizando por todo o país^[6]. **Mais de 75% do emprego não agrícola está disponível apenas no setor informal da economia**; assim, apenas um grupo muito pequeno de trabalhadores assalariados, incluindo funcionários públicos, se beneficia do modesto sistema de previdência social do país^[7].

A pobreza e a exclusão social são quantitativa e qualitativamente extensas e estruturalmente arraigadas em Burkina Faso. O Relatório de Desenvolvimento Humano (HDR) do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), referente ao ano de 2018, classificou

Burkina Faso na 183ª posição entre 187 países[8], apesar de melhorias constantes, mas mínimas, no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do país desde 1995[9]. Em números absolutos, desde a época citada, a quantidade de pessoas vivendo em situação de pobreza no país quase não diminuiu, devido ao forte crescimento populacional[10].

O grau de pobreza acima informado varia de acordo com as regiões que conformam o país. **Nas áreas rurais, a pobreza e a pobreza extrema se apresentam aproximadamente duas vezes mais alto do que nas cidades.** A proporção das pessoas que vivem abaixo da linha da pobreza varia dependendo da região do país: cerca de 30% no centro do país e mais de 60% (nas províncias do norte e do leste). **Dados de 2020 apontaram que 27,3% de todas as crianças em Burkina Faso sofreram de desnutrição crônica[11].** Por sua vez, o agravamento da crise humanitária apresenta desafios adicionais para o país. O número de pessoas que precisaram de ajuda humanitária chegou a 2,2 milhões de pessoas, apenas entre janeiro de 2020 e agosto de 2020. O mesmo estudo acima mencionado indica que 3,3 milhões de pessoas foram afetadas pela insegurança alimentar ao longo do último ano[12]. Apesar de tímidas melhorias recentes, os indicadores sociais continuam fracos e a incidência de pobreza é elevada. Aproximadamente nove dos 20 milhões de burquinenses vivem em pobreza extrema, sendo que 43,7% da população total do país têm que viver com menos de US \$ 1,90 por dia, de acordo com o Banco Mundial[13].

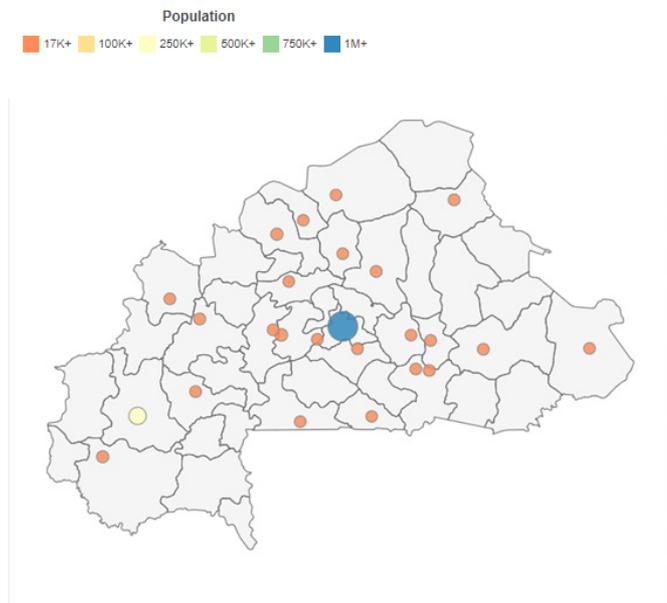
Neste contexto de pobreza endêmica e de desigualdades generalizadas, a exclusão social é severa e estruturalmente arraigada, especialmente nas áreas rurais e, ainda mais, para as mulheres e para as crianças[14]. Apesar da consolidação de algumas pequenas melhorias no setor da educação, **as taxas de alfabetização e de escolarização continuam extremamente baixas, com uma taxa média de alfabetização de 28,7% da população com 15 anos ou mais.** O acesso à educação é limitado por grandes disparidades de província para província e entre áreas urbanas e rurais[15].

As políticas públicas que se mostram, no momento, ainda tímidas para preservar o bem-estar social existem, mas são consideravelmente heterogêneas em termos de território, estratos sociais e setor aos quais são aplicadas. A sociedade civil internacional, nacional e local desempenha um papel importante na compensação de deficiências multidimensionais apresentadas pelo Estado. A história do país aponta para a inabilidade do Estado burquinense em combater sistematicamente a pobreza por conta própria[16].

Burkina Faso tem um valor de Índice de Desigualdade de Gênero de 0,61, classificando-a em 145 entre 160 países no índice de 2017[17]. O Relatório de Gênero do Fórum Econômico Mundial de 2018 classifica-a na 129ª posição, entre 149 países. **Apenas 1,6% das mulheres adultas concluíram o ensino médio, em comparação com 4,3% dos homens.** Para cada 100.000 nascidos vivos, 371 mulheres morrem de causas relacionadas à gravidez (2015) e a taxa de fecundidade adolescente é de 5,35 (2016). A participação feminina no mercado de trabalho é de 58% contra 75% dos homens (2016). Desigualdades e disparidades permanecem generalizadas entre todos os setores da economia e da sociedade[18].

MAPA 01

DISTRIBUIÇÃO POPULACIONAL EM BURKINA FASO



Fonte: <https://worldpopulationreview.com/countries/cities/burkina-faso>

A população estimada, em julho de 2021, é de 21.382.659. A maior parte vive nas regiões do centro e do sul do país[19]. Quase um terço dos habitantes vivem em zonas urbanas[20]. **A capital e maior cidade é Ouagadougou (“Ouaga”), com uma população de 1,8 milhões,** conforme apresentado no mapa de distribuição populacional acima[21]. Grande parte da população, notadamente os que estão em situação de pobreza que habitam as zonas rurais, depende dos recursos naturais (terra e água) para a sua subsistência e, por isso, estão ainda mais expostos aos impactos das alterações climáticas e às mudanças politicamente induzidas no uso e posse das terras agriculturáveis. Em 2017, 30.862 pessoas foram impactadas por enchentes e ventos violentos, de acordo com a agência nacional de gestão de desastres SP/CONASUR[22].

O grupos étnicos quantitativamente mais relevantes são os listados a seguir, com a respectiva percentagem em relação à população total do país: **Mossi (52%), Fulani (8,4%), Gurma**

(7%), Bobo (4,9%), Gurunsi (4,6%), Senufo (4,5%), Bissa (3,7%), Lobi/Luba (2,4%), Dagara (2,4%), Tuaregue/Bella (1,9%), Dioula (0,8%), população não especificada (0,3%) e outros grupos étnicos (7,2%)^[23]. O principal grupo étnico, os Mossi, tem um papel predominante na política. Importante mencionar o fato de que, desde longa data, **ocorrem conflitos entre pastores Fulani (Peuhl) e agricultores sedentários de outros grupos étnicos, às vezes resultando em violência**. Os incidentes costumam ser desencadeados por pastores que permitiam que seu gado pastasse em fazendas ou por fazendeiros que tentavam cultivar terras reservadas para pastagem pelas autoridades locais^[24].

Agências especializadas, incluindo a *Human Rights Watch* (HRW)^[25], notaram uma dinâmica de conflitos étnicos que, na prática, contribuem para a elevação dos índices de violência no país. Informações credíveis dão conta de que grupos armados frequentemente recrutam pessoas nas comunidades Fulani, enquanto a grande maioria dos mortos pelas forças de segurança acabam sendo, também, membros do grupo étnico Fulani, supostamente por causa de seu apoio oferecido aos grupos extremistas^[26]. Sobre o tema, importante salientar que, em 21 de janeiro de 2020, o governo aprovou uma lei estabelecendo o programa “*Volontaires pour la defense de la patrie*” (VDPs), enquanto um esforço para institucionalizar o apoio civil aos esforços de contraterrorismo auspiciados pelo Estado^[27]. O relatório sobre o tema produzido pelo Departamento de Estado dos EUA dá conta de que os VDPs não incorporaram cidadãos Fulani em suas fileiras, tampouco a maioria dos Fulani procuram ser incluídos entre os VDPs. Essa dinâmica destacou a situação precária dos Fulani, que carecem de segurança em suas comunidades, mas foram excluídos do esforço de segurança do Estado, alimentando assim uma percepção ou experiência real de marginalização entre a população Fulani^[28].

No que concerne à diversidade religiosa, a população do país é majoritariamente muçulmana (63,2%), seguidos por católicos (24,6%), protestantes (6,9%), animistas (4,2%), ateus (0,7%) e religião não especificado (0,4%)^[29]. O estado é constitucionalmente definido como secular. Os dogmas religiosos não têm influência relevante na política ou na ordem jurídica. No entanto, as autoridades religiosas (católicas, muçulmanas e autoridades religiosas tradicionais) desempenham um papel importante na sociedade burquinense e, frequentemente, atuam como mediadores em conflitos políticos e sociais locais e nacionais^[30].

Historicamente, **foi incomum a existência de incidentes e/ou tensões graves entre os grupos religiosos^[31]**. Recentemente, porém, conforme apresentado ao longo desta Nota Técnica, os fundamentalistas islâmicos passaram a ter uma influência notável no norte e no leste do país. O alastramento da luta jihadista fez com que o cenário de “estabilidade religiosa” fosse alterado, pois muitos ataques visavam casas de culto e líderes religiosos. Duas ações contra comunidades religiosas foram particularmente simbólicas: em dezembro de 2019, extremistas assassinaram 14 fiéis, incluindo o pastor durante a missa de domingo em sua igreja na aldeia de Hontoukoura, (província de Komondjari, região de Est)^[32]. Por sua vez, em 18 de fevereiro de 2020, extremistas invadiram a vila de Pansy (província de Yagha, na comuna de Boundore), matando 24 pessoas, incluindo um pastor da Sociedade Missionária Internacional, após queimarem uma igreja protestante^[33].

Importante, também, mencionar o fato de que **a migração tem sido tradicionalmente um modo de vida para os burquinenses**, com a migração sazonal ficando cada vez mais espaçada, alcançando períodos de até dois anos no exterior^[34]. A Costa do Marfim continua sendo o principal destino, embora aquele país também tenha passado por períodos de conflito interno recente. Sob a colonização francesa, Burkina Faso se tornou a principal fonte de trabalho agrícola e fabril na Costa do Marfim. Os burquinenses também migram regularmente para Gana, para o Mali e para Senegal em busca de trabalho, em especial a partir do período entre as guerras mundiais. Apesar da escassez de alimentos e da alta taxa de pobreza, Burkina Faso se tornou um destino para refugiados nos últimos anos e hospedava cerca de 33.500 malianos (dados de 2017)^[35].

2. Breve contextualização conjuntural-política sobre Burkina Faso

Golpes de Estado comandados por militares foram recorrentes e marcaram as primeiras décadas da vida política independente do país. O último golpe de Estado “bem-sucedido” em Burkina Faso ocorreu em 1987, quando **Blaise Compaoré** depôs o então presidente em exercício, Thomas Sankara^[36], e governou por 27 anos.

2.1. O governo Compaoré (1987-2014)

Ao longo do governo de Compaoré, o país, lentamente, avançou para a consolidação gradual de um regime democrático e, **em 1991, novos partidos políticos foram formados e legalizados. Uma nova constituição também foi aprovada** em junho de 1991 por meio de referendo, embora com baixa participação eleitoral. As forças de oposição demonstraram sua insatisfação com o texto constitucional aprovado, exercendo de fortes pressões internas, principalmente por meio dos sindicatos. Tal conjuntura fez com que Compaoré realizasse reformas substanciais nos anos seguintes à constituinte^[37]. As primeiras eleições presidenciais em 1991 caracterizaram-se por boicotes por parte da oposição. **O único candidato na votação, Compaoré, foi reeleito com apenas 25% do eleitorado participando^[38]**.

Em 1992, Burkina Faso realizou suas primeiras eleições parlamentares multipartidárias. Enfrentando uma oposição fraca, o movimento político liderado por Compaoré, denominado “*Organization Democratie Populaire/Mouvement du Travail*” (ODP / MT) obteve dois terços dos assentos em disputa. O partido do presidente, rebatizado de “*Congrès pour la Démocratie et le Progrès*” (CDP) em 1996, repetiu seu sucesso com uma vitória ainda maior nas eleições legislativas cinco anos depois^[39]. **O domínio do partido no poder e a fraqueza da oposição revelaram-se um dos maiores obstáculos à democratização naquele período^[40]**. A capacidade de aportar elementos para contrabalancear o poder do executivo por parte da Assembleia Nacional era limitada. Naquele contexto, a oposição política começou a se formar fora do parlamento e, também por conta disso, as instituições da democracia representativa começaram a perder credibilidade entre a população. As violações dos direitos humanos, majoritariamente perpetradas pelas forças de segurança estatais, ocorreram com frequência no período em tela. Prevaleceu, pois, em certa medida, a “cultura da impunidade” a partir de instituições e de um Estado de direito fraco^[41].

A deficiência das bases democráticas na sociedade burquinense ficou patente quando Norbert Zongo, editor do jornal semanal *L'Indépendant*, foi assassinado em dezembro de 1998. A morte do jornalista gerou protestos em massa organizados por sindicatos, estudantes e grupos de direitos humanos^[42]. A pressão política novamente forçou Compaoré a fazer concessões. Por meio delas, numerosas reformas institucionais e eleitorais representaram uma melhoria qualitativa em relação ao sistema anterior^[43].

No bojo de tais reformas, **Compaoré foi reeleito presidente em 2000 e, novamente, em 2005**[\[44\]](#). Enquanto o descontentamento da população com as condições sociais, econômicas e políticas cresceram exponencialmente e as críticas ao sistema político aumentam mesmo dentro do círculo dominante, **Compaoré assegurou seu quinto mandato com mais de 80% dos votos nas eleições presidenciais de novembro de 2010**[\[45\]](#).

Seu novo mandato, no entanto, muito rapidamente passou a enfrentar mais uma crise. Protestos massivos surgiram após a morte de um jovem na cidade de Koudougou, em fevereiro de 2011, após ser detido pela polícia. Tais protestos desencadearam uma das crises políticas mais graves do país desde que Compaoré assumiu o poder: soldados se amotinaram em março daquele ano e, um mês depois, a guarda presidencial se juntou aos protestos[\[46\]](#).

Compaoré só conseguiu restabelecer sua autoridade quando dissolveu o governo e dispensou o primeiro-ministro em exercício, após semanas de protestos em massa e amotinamento das forças de segurança. Os principais problemas estruturais próprios ao país permaneceram sem solução. **Em 2013 e 2014, dezenas de milhares de pessoas saíram às ruas em várias ocasiões e protestaram contra a tentativa de Compaoré de revisar o artigo 37 da constituição a fim de se habilitar a concorrer a outro mandato.** A proposta de revisão constitucional foi aprovada na Assembleia Nacional em 21 de outubro de 2014[\[47\]](#). Em resposta, estudantes e trabalhadores entraram em greve. Quando a proposta finalmente deveria ser adotada, em 30 de outubro, os manifestantes invadiram o prédio do parlamento. As forças de segurança usaram gás lacrimogêneo, cassetetes e armas de fogo, resultando na morte de pelo menos 30 pessoas[\[48\]](#).

2.2. Especificidades da era política Pós-Compaoré (2014 – hoje)

Para mitigar os efeitos políticos adversos, Compaoré retirou o pedido de revisão constitucional e suspendeu o governo. Assim, em 31 de outubro de 2014, ele foi forçado pelos militares a renunciar. O comandante-chefe do exército assumiu o poder para organizar a transição política. Após duas semanas de controle militar, uma Carta de transição foi assinada por partidos políticos, militares, grupos da sociedade civil e autoridades tradicionais, em 16 de novembro de 2014. Pela primeira vez na história de Burkina Faso, um civil foi nomeado presidente (de transição), tendo sido este o ex-diplomata **Michel Kafando**[\[49\]](#).

As eleições presidenciais foram marcadas para 11 de outubro de 2015[\[50\]](#). Em 7 de abril, uma nova lei eleitoral foi votada e, em 5 de junho, foi adotada uma lei que exigia que os militares deixassem o exército antes de serem autorizados a ocupar cargos políticos. Uma importante disputa relacionada às regras para as eleições presidenciais se consolidou, centrada na questão sobre se os candidatos que se manifestaram a favor da contestada revisão do artigo 37 da Constituição deveriam ser autorizados a concorrer às eleições. O governo de transição decidiu não permitir que tais indivíduos concorressem, o que significou que vários aliados do ex-presidente Compaoré foram excluídos da candidatura[\[51\]](#).

Tais acontecimentos levaram a um golpe perpetrado pelo RSP, em 16 de setembro de 2015. Sob a direção do comandante do RSP, General Gilbert Diendéré, **um grupo ingressou em uma reunião de gabinete do governo de transição e tomou o presidente Kafando, o primeiro-ministro Zida e mais dois ministros como reféns.** Protestos em massa foram desencadeados imediatamente, com barricadas formadas em Ouagadougou e pessoas tentando entrar no palácio presidencial. **No dia seguinte, Diendéré declarou a dissolução do governo de transição e ele próprio presidente**[\[52\]](#).

Organizações internacionais, uma quantidade expressiva de governos nacionais e, também, organizações da sociedade civil em todo o mundo condenaram o golpe; a União Africana excluiu temporariamente Burkina Faso de seus quadros. Representantes de estados da África Ocidental, a União Africana e a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) tentaram mediar o conflito. **Os sindicatos declararam greve geral e praticamente todos os grupos representativos da sociedade civil mobilizaram uma resistência maciça ao golpe.** Em Ouagadougou, o RSP respondeu com força desproporcional aos protestos. Entre 16 e 23 de setembro de 2015, 14 manifestantes foram mortos e mais de 250 feridos. A mídia nacional e internacional foi maciçamente intimidada. A RSP destruiu a estação da companhia telefônica nacional, de modo que o telefone e o acesso à internet ficaram temporariamente indisponíveis na capital. No entanto, isso não fez cessar os protestos e, após hesitação inicial, o exército nacional se dispôs a intervir. **Finalmente, seis dias após o golpe, em 23 de setembro, Diendéré se entregou**[\[53\]](#).

Eleições presidenciais e legislativas foram finalmente realizadas em 29 de novembro de 2015. **Roch Marc Christian Kaboré**, presidente do Mouvement du Peuple pour le Progrès (MPP), venceu o pleito e foi oficialmente empossado no final de dezembro [\[54\]](#). **Noventa e nove partidos participam nas eleições legislativas.** O MPP ficou em primeiro lugar com 55 de 127 assentos; o UPC ganhou 33 assentos; o antigo partido no poder de Blaise Compaoré CDP ganhou 18 assentos; o partido sankarista UNIR/PS obteve cinco assentos[\[55\]](#).

Do ponto de vista da maioria dos observadores consultados para a elaboração da presente Nota Técnica, **a vitória de Kaboré não indica uma mudança séria na orientação política: Roch Marc Christian Kaboré já havia sido ministro, primeiro-ministro e presidente da Assembleia Nacional durante a presidência de Blaise Compaoré**[\[56\]](#). Ele deixou o partido de Compaoré, o CDP, junto com 72 outros políticos influentes e fundou o MPP em janeiro de 2014. De acordo com muitos grupos da sociedade civil, que esperavam por uma mudança substancial após a queda de Compaoré, a transição acabou sendo apenas uma fração dentro do CDP tendo sucesso contra outra[\[57\]](#).

Em agosto de 2020, durante o período que antecedeu as eleições presidenciais e legislativas de novembro, a Assembleia Nacional aprovou um projeto de lei para modificar a lei eleitoral. O novo diploma estipula que em caso de força maior ou circunstâncias excepcionais devidamente constatadas pelo Conselho Constitucional, que impliquem a impossibilidade de organização das eleições numa parte específica do território burquinense, as eleições serão validadas com base nos resultados apenas das zonas eleitorais que tiverem condições de serem abertas no dia das eleições. Essa modificação, que foi aprovada com o apoio da coalizão governista e de segmentos-chave da oposição parlamentar, foi, no entanto, criticada por parte da classe política e de organizações da sociedade civil do país, por permitir a exclusão no processo eleitoral de um grande número de eleitores em áreas inseguras do país[\[58\]](#).

Em 22 de novembro de 2020, o país realizou eleições presidenciais e legislativas, apesar dos desafios conjunturais impostos devido à crescente insegurança e ao aumento do número de pessoas deslocadas internamente no país. **O presidente Roch Marc Christian Kabore foi reeleito para um segundo mandato de cinco anos com 57,74% dos votos válidos, e seu partido conquistou 56 das 127 cadeiras na Assembleia Nacional**, permanecendo o maior partido em uma coalizão de maioria legislativa com partidos menores[\[59\]](#). Observadores nacionais e internacionais caracterizaram as eleições como pacíficas e “satisfatórias”, enquanto denunciaram problemas logísticos no dia das

eleições e a falta de acesso às urnas para muitos cidadãos devido à insegurança. O governo havia declarado anteriormente que as eleições ocorreriam apenas em áreas onde a segurança pudesse ser garantida[60].

Apesar de uma margem confortável de vitória, é bastante provável que Kaboré continue a enfrentar demandas públicas contínuas por maior segurança no território nacional, pela criação sustentada de postos de trabalho e por reformas políticas que melhorem a de governança no país. Candidatos presidenciais da oposição derrotados foram chamados para negociações de paz com grupos jihadistas, às quais Kaboré se opõe – tal como a França, o parceiro mais ativo na luta contra o terrorismo em Burkina Faso[61].

ANÁLISE CIRCUNSTANCIADA DOS ELEMENTOS QUE CONFORMAM A SITUAÇÃO DE GGVDH EM BURKINA FASO

1. Violência Generalizada

Em linhas gerais, para fins do que é tratado na presente Nota Técnica, a **violência generalizada pode ser compreendida e analisada como a situação de violência indiscriminada, que afeta muitas pessoas ou populações inteiras**, e que pode ser observada, entre outras situações, através de[62]:

- Elevado número de incidentes violentos, bem como o elevado número de vítimas;
- Violência persistente que causa danos e sofrimento severo à parte significativa da população;
- Manifestações de violência nas formas mais atroz, como massacres, episódios e disseminação de práticas de tortura, mutilações, tratamentos cruéis, desumanos e degradantes, execuções sumárias, sequestros, desaparecimentos de pessoas e violações flagrante dos direitos humanos;
- Atos de violência que são, muitas vezes, destinados a causar terror e criar uma situação tal que as pessoas não têm escolha senão fugir da área afetada;
- Os agentes que perpetram a violência generalizada podem ser agentes estatais e não-estatais, e quando emana da primeira, ou de outros que agem por instigação ou com o consentimento das autoridades do Estado, os perpetradores costumam gozar de impunidade;
- Quando a violência emana de agentes não-estatais, as autoridades não podem controlá-los eficazmente;
- O nível e o alcance da violência são tamanhos que o funcionamento normal da sociedade fica gravemente prejudicado

A paulatina consolidação da situação de violência generalizada presente hodiernamente em Burkina Faso está diretamente relacionada à expansão das atividades de grupos jihadistas no país. Tal fato, aliado às situações de violação sistemática aos direitos humanos, contribuem para o aumento exponencial dos índices de violência em território burquinense. Para fins de organização desta Nota Técnica, apresenta-se a tabela abaixo, contendo as mais relevantes informações sobre as **milícias e grupos armados com atuação em Burkina Faso**, os quais serão apresentados em detalhe no presente arrazoado.

QUADRO 01

PRINCIPAIS GRUPOS JIHADISTAS COM ATUAÇÃO EM BURKINA FASO

Nome	Outras denominações	Objetivo	Área	Alvos	Táticas
al-Mulathamun Battalion (al-Mourabitoun)	al-Mulathamun Brigade; al-Muwaqqi'un bil-Dima; Khaled Abu al-Abbas Brigade; al-Mulathamun; al-Murabitoun; The Sentinels	Substituir governos regionais pelo Estado Islâmico	Burkina Faso, Argélia, Líbia, Mali e Níger	Forças militares regionais; Civis frequentadores de estabelecimentos de proprietários ocidentais;	Explosões com minas, carros-bomba; morteiros; explosivos improvisados; armas e metralhadoras
al-Qaeda no Magrebe Islâmico (AQMI)	GSPC; Le Groupe Salafiste Pour la Predication et le Combat; Salafist Group for Preaching and Combat; Salafist Group for Call and Combat; Tanzim al-Qa'ida fi Bilad alMaghrib al-Islamiya	Derrubar governos e estabelecer o Estado Islâmico regional, do Norte a Oeste da África; Apoiar os objetivos da Al-Qaeda	Argélia, Burkina Faso, Mali, Líbia, Níger e Costa do Marfim	Interesses ocidentais; Forças armadas locais; Civis frequentadores de estabelecimentos de proprietários ocidentais	Sequestros; Explosões com carros, ataques suicidas; Minas terrestres; Armas e metralhadoras; Explosivos improvisados
	Islamic State in the Levant (ISIL); Islamic State; Islamic State in Iraq; ad-Dawla al-Islamiyya fi al-'Iraq wa-sh-Sham; Daesh; Dawla al Islamiya; al-Qa'ida in Iraq; al-	Instituir a nova ordem global com um Estado Islâmico centrado no Iraque e Síria e	Síria, Afeganistão, Argélia, Azerbaijão, Bangladesh, RDC, Tríplice Fronteira (Burkina Faso, Níger e Mali),	Governos e grupos que se opõem à ideologia islâmica extrema; forças militares oficiais	Assassinatos indiscriminados; Estupro e casamento forçado de crianças; Escravidão sexual; Conversão religiosa

Estado Islâmico do Iraque e ash-Sham	Qa'ida Group of Jihad in Iraq; al-Qa'ida Group of Jihad in the Land of the Two Rivers; al-Qa'ida in Mesopotamia; al-Qa'ida in the Land of the Two Rivers; al-Qa'ida of Jihad in Iraq.	expandir sua rede globalmente, segundo a interpretação da lei islâmica pelo Estado Islâmico	Índia, Líbia, Cáucaso, Paquistão, Egito, Arábia Saudita, Somália, Tunísia, Turquia, Nigéria, Camarões, Chad e Iêmen	Militares, oficiais de governo; Sunitas; ocidentais; minorias religiosas e étnicas; Locais religiosos;	Concessão forçada; Ataques de bombas com: automóveis, dispositivos aéreos não tripulados; Conflito estilo guerrilha
Estado Islâmico do Iraque e ash-Sham no Grande Saara (ISIS-GS)	ISIS in the Greater Sahara; Islamic State in the Greater Sahel; Islamic State of the Greater Sahel; ISIS in the Islamic Sahel	Substituir o governo regional pelo Estado Islâmico	Burkina Faso; Fronteira Níger-Mali	Forças militares locais; Forças militares estrangeiras (ONU, França, EUA); Grupos étnicos; Oficiais do governo local; Funcionários humanitários; Escolas (professores e gestores escolar)	Assassinatos; Emboscadas; Ataques com morteiros; Bombardeios de estradas, com automóveis; Ataques com metralhadoras, rifles, entre outros
Jama'at Nusrat al-Islam wal-Muslimin (JNIM)	Jamaat Nosrat al-Islam wal-Mouslimin; Group for the Support of Islam and Muslims; Group to Support Islam and Muslims; GSIM; GNIM; Nusrat al-Islam wal-Muslimineen	Eliminar a influência ocidental; Expulsar a França e demais forças militares estrangeiras; Estabelecer o Estado Islâmico centrado no Mali	Mali; Burkina Faso; Níger.	Forças militares da ONU, França e Mali, Turistas e estrangeiros; Embaixada da França em Burkina Faso; Autoridades governamentais; Líderes locais; Escolas e professores;	Assassinatos; Sequestros; Explosões de infraestrutura (como pontes); Granadas, morteiros, bombas em automóveis; Ataques com metralhadoras e armas.

Fonte: Tabela elaborada segundo a lista de grupos terroristas atuantes em Burkina Faso, disponível em <https://www.cia.gov/the-world-factbook/references/terrorist-organizations>

A motivação para o início das ações jihadistas no país se deve, entre outros motivos, ao fato de Burkina Faso ser uma das nações integrantes da “Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para a Estabilização do Mali”, a MINUSMA, consolidada em 2013. Burkina Faso é o segundo maior contribuinte de tropas e o quarto em número de agentes de polícia enviados para a Missão. Também por conta disso, o país é considerado um inimigo legítimo da Al-Qaeda no Magrebe Islâmico (AQMI) e de seus grupos associados[63].

Neste contexto, entre janeiro de 2016 e dezembro de 2017, Burkina Faso contabilizou mais de 230 ataques reivindicados por grupos jihadistas[64], incluindo 60 na capital Ouagadougou. Por sua vez, ao longo do ano de 2018, grupos como o Jama'at Nasr al-Islam wal Muslimin e o Estado Islâmico no Grande Saara, entre outros grupos armados realizaram aproximadamente 500 ataques no país, os quais resultaram em centenas de mortes de civis e de integrantes das forças de segurança do governo[65].

Tais ações terroristas se caracterizam pela utilização de explosivos improvisados, bem como práticas disseminadas de assassinatos planejados, sequestros, ataques em locais de mineração (especialmente de exploração de ouro), incêndio de escolas, roubos à comboios destinados a promover assistência alimentar, situações estas que agravam a já profunda crise humanitária e intensificam o deslocamento interno dos cidadãos burquinenses[66]. Os grupos jihadistas têm como alvo preferencial pessoas das etnias Mossi, atacando também mulheres e crianças (muitas vezes a partir de violência física e sexual). Nos territórios dominados pelos grupos extremistas ocorre a imposição da Lei de Sharia a partir da “própria interpretação” dos líderes jihadistas, frequentemente não respeitando as condições de um julgamento justo[67]. Há, também, relatos apontando que os extremistas também têm como alvo líderes e locais religiosos[68].

A partir de 2018, a presença da AQMI foi formalmente reconhecida por seus membros, mascarados, em um vídeo online[69]. Dentre os ataques recentes perpetrados pelos grupos extremistas em território burquinense, estão os seguintes:

- Em 5 de julho de 2021, 160 pessoas foram mortas em um ataque na vila de Solhan, nordeste de Burkina Fasso[70].
- Em 26 de abril de 2021, um irlandês e dois espanhóis foram mortos em uma emboscada na estrada PK-60, entre Fada-N'Gourma e Pama[71].
- Em 29 e 30 de maio de 2020, 50 pessoas morreram em três ataques separados na região leste de Kompiega e nas províncias de Loroum e Sanmatenga. O ataque mais mortal vitimou 25 pessoas em um tiroteio em um mercado[72].
- Em 24 de dezembro de 2019, 42 pessoas foram mortas em um ataque terrorista a um posto militar, perto na fronteira com o Mali, em Arbinda, na Província de Soum. Dessas, 35 eram civis, sendo 31 mulheres[73].
- No dia 1º de dezembro de 2019, pelo menos 14 pessoas morreram após atiradores abrirem fogo dentro de uma igreja em Hantoukoura[74].

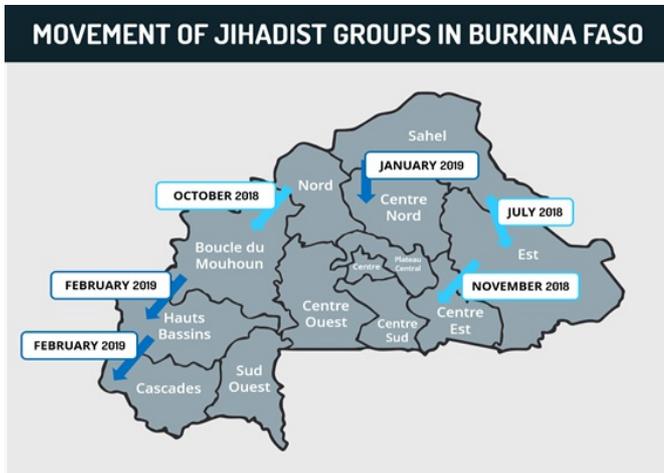
Importante mencionar que os grupos jihadistas passaram a atuar com maior

freqüência em Burkina Faso principalmente pelo chamado “efeito *spillover*” da crise no Mali. O grupo Jama’at Nusrat al-Islam wal-Muslimin (JNIM) associou-se à organização Katica Macina, grupo jihadista malês para realizarem uma série de ataques nas regiões do Centro-Norte, Sahel, Boucle du Mouhoun, Cascades, Leste e Norte de Burkina Faso.

MAPA 02

EVOLUÇÃO TERRITORIAL DO JIHADISMO EM BURKINA FASO

2018-2019



Fonte: <https://www.max-security.com/security-blog/security-to-continue-deteriorating-burkina-faso-special-analysis/>

Segundo a agência de pesquisa especializada “*Armed Conflict Location and Event Data Project*” (ACLED), ao longo do ano de 2019, aproximadamente 2.200 mortes relacionadas ao conflito foram registradas, sendo mais de mil civis mortos, tanto pelas forças de segurança quanto dos diversos grupos armados[75]. O avanço dos grupos jihadistas pelo território burquinense está plasmada no mapa reproduzido acima.

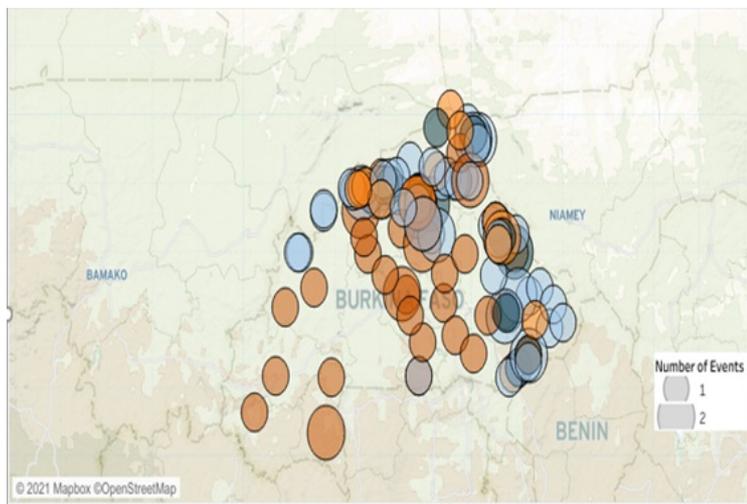
A movimentação apresentada relaciona-se à propagação da insurgência no Sahel Ocidental e, de acordo com os estudos disponíveis sobre o tema, três fases do fenômeno podem ser destacadas[76]: a primeira, em 2015, ocorre na região do Mali central impulsionada pelo Katiba Macina; a segunda, em 2016, atinge o norte de Burkina Faso e o oeste do Níger, perpetrada pelo esforço colaborativo do Ansaroul Islam e do ISGS; a terceira etapa, já em 2018, avança pelo leste de Burkina Faso e pelas áreas adjacentes no Níger, a partir da bem-sucedida estratégia do JNIM de criar cooperação com grupos paramilitares disseminados pela região.

Assim, atualmente, os grupos jihadistas JNIM, Ansaroul Islam e ISGS estão firmando alianças com grupos criminosos e, dessa forma, alocando-se também ao Sul de Burkina Faso. Uma nova forma de expansão das práticas jihadistas está se formando no Sahel: a chamada “Jihadization of Banditry[77]”. Por meio da referida estratégia, os terroristas estão cooptando redes criminosas locais ao oferecer a elas acesso a armamento pesado e, também, recursos financeiros em troca da realização de violentos ataques em regiões onde os jihadistas têm pouco acesso. Assim, o terrorismo ganha novas áreas de operação, pois os criminosos dão apoio logístico e mão de obra aos grupos jihadistas e, ainda, utilizam o apelo a uma suposta “causa moral” para justificar a pilhagem e os demais crimes perpetrados[78]. No último biênio foi possível, pois, visualizar que a realização dos ataques não se restringiu à região da Tríplice Fronteira, conforme sinaliza o mapa a seguir:

MAPA 03

FORMAS E TERRITORIALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA JIHADISTA EM BURKINA FASO

2019-2021



- Conflictos
- Explosões / violência à distância
- Violência contra civis
- Protestos

Fonte: <https://docs.mapbox.com/help/glossary/osm/>

A referida estratégia também tem se mostrada extremamente bem-sucedida, o que, por sua vez, resulta no rápido e eficiente espraiamento dos ataques jihadistas por todo o território burquinense. Tal capilarização já está plenamente presente em Burkina Faso e, com um pouco menos de intensidade, no Níger[79]. Tal movimentação, tal como aponta o mapa abaixo reproduzido, demonstra que Burkina Faso está se tornando rapidamente um “corredor” para o aumento da violência na Costa do Marfim, Gana, Togo e Benim.

MAPA 04

RISCO PARA A CAPILARIZAÇÃO DO JIHADISMO NO NORTE DA ÁFRICA

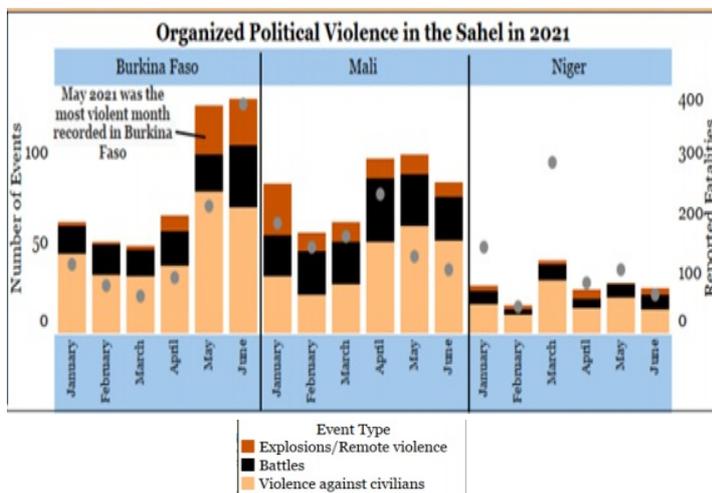


Fonte: www.max-security.com/security-blog/senegalese-security-forces-dismantle-militant-cell-linked-to-katiba-macina-in-senegals-kidira-bordering-mali-sahel-situation-update

Nesse contexto, **tem-se claro que o epicentro da violência que se generaliza por Burkina Faso é a região da chamada “Tríplice Fronteira”, na medida em que este é o local onde se localizam as bases militares dos jihadistas, bem como o espaço a partir do qual os ataques são impulsionados.** Assim, considerando-se o período que vai do início do ano de 2021 até o mês de junho, percebe-se que maio foi o mês em que houve um maior agravamento da violência em Burkina Faso. Notando que esses grupos atuam também em Estados fronteiriços, uma comparação entre a Tríplice Fronteira (Mali – Niger – Burkina Faso) se faz pertinente para demonstrar o fato de que, levando em consideração o número de ataques realizados ao longo de 2021, o país ora em análise pela presente Nota Técnica é o mais violento entre os três.

GRÁFICO 01

VIOLÊNCIA POLÍTICA NO SAHEL EM 2021



F o n t e : <https://acleddata.com/2021/08/05/mid-year-update-10-conflicts-to-worry-about-in-2021/#1612195879250-fd67dc25-cc2cc431-25b1>

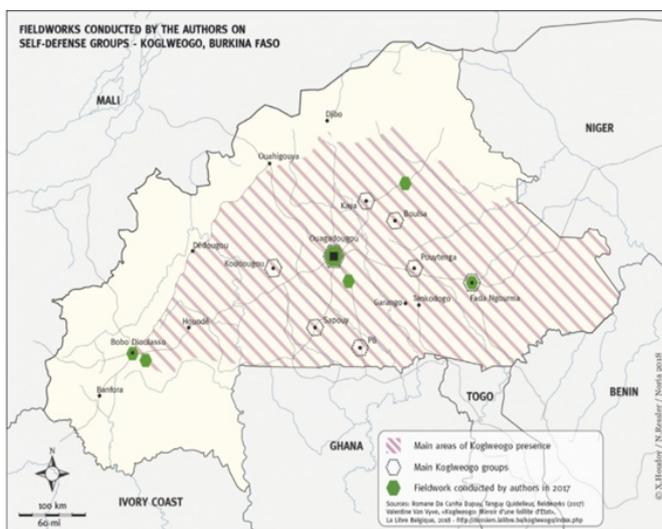
Para além da referida atuação dos grupos jihadistas, a **consequente reação das forças estatais e paraestatais constituídas com vistas a tentar frear o avanço do terrorismo também acabam por contribuir para o aumento e para a generalização dos índices de violência em Burkina Faso**. Nesse contexto, conforme assinalado previamente, percebe-se a grave degradação do tecido social que, insuflado pela ausência da presença estatal para garantir a segurança local, geram a proliferação de grupos de autodefesa comunitários/paramilitares. Tal situação foi, inclusive, normatizada pelo Estado burquinense, com a consolidação dos “Voluntários para Defesa do Estado” (VDP) [80].

Dentre os VDPs mais destacados, citam-se os grupos formados pelos integrantes da comunidade étnica Mossi, que se organizaram com o intuito de proteger suas terras e produção agropastoril e os voluntários da etnia Dozo, sendo este um grupo de segurança paraestatal composto preponderantemente por caçadores. Tais grupos, comumente conhecidos por “**Koglweogo**”, ou “guardiões do mato”, caracterizam-se por apresentarem relações conflitantes com as autoridades e com a própria comunidade de onde se originam. São inúmeros os relatos de que tais organizações paramilitares utilizam de tortura para punir crimes, criando conflitos com os locais. Ademais, há informações credíveis disponíveis apontando que parte dos membros frequentemente envolvem-se em atos criminosos. Com a presença de insurgentes locais, além de parentes de chefes militares, a dinâmica de atuação na segurança e na liderança dos Koglweogo os torna um ator não-estatal relativamente expressivo na dinâmica de segurança do local [81]. Ademais, os referidos grupos de autodefesa comunitários muitas vezes também não têm uma estrutura sólida, entrando em conflito com os civis e com o Estado. A relação entre os atores não é estável, podendo ser convergente ou não, conforme interesses [82].

O mapa reproduzido a seguir aponta a área de abrangência de atuação dos grupos VDPs, destacando-se a sua ausência nas áreas de fronteira com Mali e com Níger, o que demonstra, por sua vez, o completo domínio das referidas regiões pelos grupos jihadistas.

MAPA 05

OCUPAÇÃO TERRITORIAL DOS GRUPOS “VOLUNTÁRIOS PARA DEFESA DO ESTADO”

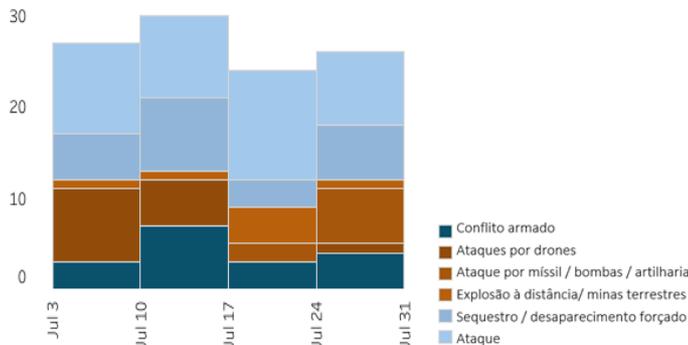


Fonte: <https://noria-research.com/self-defence-movements-in-burkina-faso-diffusion-and-structuration-of-koglweogo-groups/>

No contexto acima aventado - que congrega a **atuação disseminada dos grupos jihadistas, a ação de grupos estatais e paraestatais, o declínio do aparelho de segurança e a**

instabilidade política generalizada – alavancou os índices de violência percebidos em Burkina Faso. Segundo os dados mais atuais, referentes ao mês de julho de 2021, foram reportadas a ocorrência de 160 eventos violentos vinculados ou ao avanço ou à tentativa de contenção da luta jihadistas no país, ocasionado 167 mortes, tal como demonstra o gráfico abaixo plotado:

GRÁFICO 02
VIOLÊNCIA POLÍTICA EM BURKINA FASO
JULHO DE 2021



Fonte: <https://acleddata.com/2021/08/04/regional-overview-africa24-30-july-2021>

Importante pontuar, ainda, que a etnia Fulani (Peuhls), frequentemente recrutada por grupos extremistas, foi desproporcionalmente alvo de execuções extrajudiciais pelas forças de segurança devido à sua alegada simpatia por grupos extremistas islâmicos[83]. Por outro lado, houve numerosas situações em que grupos criminosos se associaram às organizações terroristas e traficantes de drogas com o intuito de assassinar gendarmes, policiais e guardas florestais, especialmente na região de Est[84]. As forças de segurança de Burkina Faso também teriam cometido abusos enquanto conduziam operações de contraterrorismo no Mali. Em particular, a Divisão de Direitos Humanos e Proteção da Missão de Estabilização Integrada Multidimensional da ONU no Mali (MINUSMA) documentou 50 supostas execuções "arbitrárias" atribuídas às Forças Armadas burquinenses, em episódio ocorrido entre 26 e 28 de maio de 2020[85]. O relatório do Departamento de Estados dos EUA (2020) aponta que as autoridades burquinenses estavam em 52% a quantidade dos prisioneiros do país em situação de privação de liberdade pré-julgamento, mas grupos locais independentes de direitos humanos estimam que o montante seja de até 70%[86].

Por fim, também nesse sentido, informa-se que o confronto intercomunitário ocorrido em Yirgou ilustra a crescente tensão inter-étnica que caracteriza a sociedade burquinense hodierna, em especial no que concerne às narrativas discriminatórias contra os membros da etnia Fulani[87]. Em 1º de janeiro de 2019, homens armados em motocicletas atacaram o vilarejo de Yirgou, causando seis mortes de pessoas pertencentes à comunidade Mossi, incluindo o líder da aldeia. No dia seguinte, em retaliação, grupos de autodefesa atacaram membros da comunidade Fulani, considerados apoiadores dos agressores em Yirgou por abrigarem os homens que os atacaram no dia anterior[88].

Ao longo dos últimos anos, continuaram a aumentar as alegações de execuções extrajudiciais, de tortura e de violações do devido processo legal e dos direitos humanos básicos perpetrada pelas forças de segurança do Estado de Burkina Faso, especialmente contra a comunidade Fulani. Embora altos funcionários, incluindo o presidente Kabore, pareçam politicamente comprometidos em reforçar o respeito pelos direitos humanos e a responsabilizar os agressores, o governo parece não contar com as condições adequadas para lidar com uma carga crescente de casos gerados por tais alegações[89].

2. Agressão Estrangeira

A história dos povos que habitam o país que, em 1984, adotou o nome "Burkina Faso" e que conta com as fronteiras delimitadas tal como atualmente, é **caracterizada pelas perenes lutas por libertação e soberania**. Burkina Faso, anteriormente conhecido como Alto Volta, fez parte do **esforço neocolonialista francês, na chamada "África Ocidental Francesa", desde 1896 até 1960**[90].

As primeiras etnias contemporâneas que se estabeleceram na área são os Mossi, entre os séculos XI e XIII. Eles consolidaram poderosos reinos, como Ouagadougou, Tenkodogo e Yatenga, todos estes centros importantes nas rotas de comércio transsaariano. Ao longo dos séculos XV e XVI, esses reinos foram capazes de resistir à conquista dos Impérios Mali e Songhay, os mais fortes estados pré-coloniais africanos na região do Sahel. Mais tarde, em 1890, o território foi colonizado pelos franceses que redesenharam as fronteiras, de acordo com as atuais. **O país conquistou a independência (1960) sob um movimento político majoritariamente liderados por membros da etnia Mossi**. Desde o fim do período neocolonial, é sistêmico o êxodo de jovens burquinenses para países mais prósperos como Gana, Costa do Marfim e Nigéria[91].

A questão internacional é especialmente sensível para o país, dado a grande importância que representa para um Estado sem litoral, que é cercado por seis países vizinhos. Ao longo da última década, o foco principal da atuação internacional de Burkina Faso está centrado na integração econômica e na segurança regional. O país é membro da Comunidade Econômica da África Ocidental (CEDEAO) e da União Econômica e Monetária da África Ocidental (UEMOA)[92]. No grupo **G5 Sahel** (fundada em fevereiro de 2014) Burkina Faso, Mauritânia, Mali, Níger e Chade cooperam nas áreas de Segurança e desenvolvimento (infraestrutura), com especial ênfase no campo da segurança[93]. **A França segue sendo o parceiro bilateral mais presente em termos de alinhamento político e de cooperação em segurança, com os EUA também estando ativamente engajados na região**. Por sua vez, a República Popular da China tem aumentado gradativamente sua influência econômica em Burkina Faso e em todo o Sahel[94].

A escalada e a capilarização da violência generalizada percebida, em especial ao longo da última década, no país está diretamente relacionada ao avanço da luta jihadista na região

geopolítica do Sahel. A partir dos primeiros anos da década de 2010, a região norte da República do Mali tornou-se uma área de interesse estratégico, econômico e de segurança tendo se tornado o ponto de partida para a expansão de fortes e violentos grupos extremistas, em especial as “filiais” ligadas ao Estado Islâmico e à al-Qaeda. Assim, a partir do vizinho do Norte, paulatinamente, o território de Burkina Faso também passou a ser alvo da expansão das lutas jihadistas, sendo esta, pois, uma disputa travada contra grupos estrangeiros.

Importante salientar, também, que o fortalecimento da presença dos grupos extremistas que expandiram sua área de influência a partir do norte do Mali só foi possível pelo fato de que, entre outros fatores, o regime líbio de al-Gaddafi colapsou em 2011[95]. Tal fato teve grande relevância política para a região, ocasionando, entre outros desdobramentos, o retorno ao Mali dos soldados tuaregues que, bem armados e bem treinados pela experiência combatendo pela “Legião Islâmica” de Gaddafi, lograram relativo sucesso no levante por eles perpetrado em 2012, evento este que deu origem à desestabilização política no Sahel com a consequente expansão jihadistas na região[96].

Nos anos imediatamente anteriores, por sua vez, as ações extremistas que cresciam exponencialmente na Argélia levaram ao governo daquela potência regional a intensificar seus esforços e lançar um programa de repressão contra os grupos extremistas que lá se originaram[97]. A política conduzida por Argel, no geral, provou-se bem-sucedida, pois reduziu o nível de violência no país norte-africano. Por outro lado, o “efeito colateral” deste “sucesso” fez-se sentir no deslocamento dos grupos terroristas argelinos para áreas desertas periféricas, inicialmente para o Mali e, logo em seguida, para os demais países do Sahel, incluindo Burkina Faso[98]. A partir da referida expansão, os jihadistas passaram a atuar ativamente na região do Sahel, obtendo recursos a partir do sequestro de reféns (principalmente ocidentais) e do tráfico de pessoas, de armas e de drogas. O avanço das ações dos grupos extremistas originários da Argélia para os países subsaarianos (Mali, Burkina Faso e Níger) gerou profundos efeitos desestabilizadores para as referidas nações que, ademais, contam com orçamento e com capacidade de enfrentamento aos grupos terroristas significativamente menores do que a que possui a Argélia[99]. Assim, em que pese o fato de não ter havido agressão estrangeira por parte da Argélia em relação a Burkina Faso, via Mali, nacionais argelinos[100] são destacadas lideranças dos grupos jihadistas que se espalharam pelo Sahel.

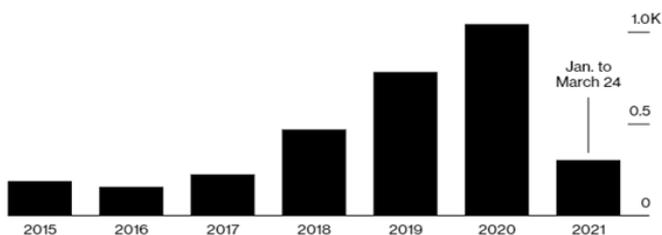
GRÁFICO 03

NÚMERO DE ATAQUES EXTREMISTAS NO SAHEL

(2015-2021)

Escalating Violence

The Sahel region is en route to have more attacks this year, than 2020



Source: ACLED, via OECD analyst, Jose Luengo-Cabrera

Fonte: <https://acleddata.com/dashboard/#/dashboard>

Tal como demonstra o gráfico acima, a região do Sahel, Burkina Faso incluída, tem vivenciado exponencial aumento de ataques jihadistas, sendo estes perpetrados por grupos que operam a partir de outros países e que avançam sob o território burquinense, consolidando um cenário de violência generalizada e de sistêmica violação de direitos humanos.

3. Conflitos Internos

Burkina Faso se tornou um símbolo da piora nas tendências de insegurança na região do Sahel, na África Ocidental Desde 2016, mas em especial a partir de 2018, grupos insurgentes islâmicos afirmaram o controle sobre partes do país e realizaram ataques terroristas na capital, Ouagadougou. **O Estado burquinense tem tido sérias dificuldades para conter os ganhos territoriais dos insurgentes.** O conflito prejudicou gravemente os sistemas de saúde e de educação em partes do país, tendo também aprofundado o quadro de insegurança alimentar no país[101].

Especificamente, trata-se de um **conflito regional transfronteiriço**, que afeta muitos países do Sahel, incluindo Mali, Níger e Chade, mas também a Costa do Marfim e o Benim, países que também compartilham fronteiras. Com os primeiros incidentes violentos em Burkina Faso registrados em 2015, o conflito atingiu patamares elevados já em 2018. A ano de 2019 registrou a marca de um milhão de deslocados internos no país, em um montante populacional de pouco mais de 20 milhões de habitantes[102].

Ao longo de 2020 e, também, no presente ano, sedimentou-se o aumento gradual da violência contra civis nas províncias Oriental e Sahel, resultando em muitas mortes e feridos. O ataque à vila de Solhan, na noite de 4 de junho de 2021, no qual 130 pessoas foram mortas e centenas foram feridas, atraiu a atenção mundial[103].

Contudo, a insegurança generalizada percebida em muitas partes do país também é motivo de grande preocupação. São frequentes os combates, os ataques a aldeias, as execuções e outros incidentes violentos. **O conflito apresenta sinais claros de transbordamento para os países costeiros da África Ocidental, ao sul.** As forças de segurança locais, bem como a população civil, foram as principais vítimas da violência insurgente[104].

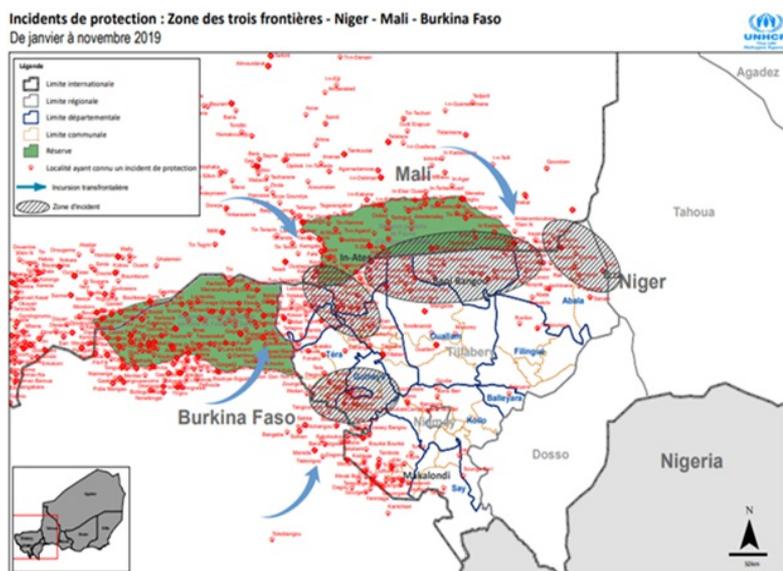
Ao norte do país, os grupos extremistas Ansarul Islam[105] e JNIM estão se

beneficiando das tensões étnicas e da negligência do estado, bem como das queixas sobre corrupção e outras mazelas sociais, como mecanismos para catalisar sua influência entre a população local[106]. Por sua vez, o Leste do país é um reduto do Estado Islâmico Grande Saara (IS-GS). Diversas bases do exército estão sob ataque contínuo por grupos armados não estatais (ligados a Al-Qaeda Maghreb/AQIM)[107].

MAPA 06

REGIONALIZAÇÃO DO CONFLITO NO SAHEL

2019



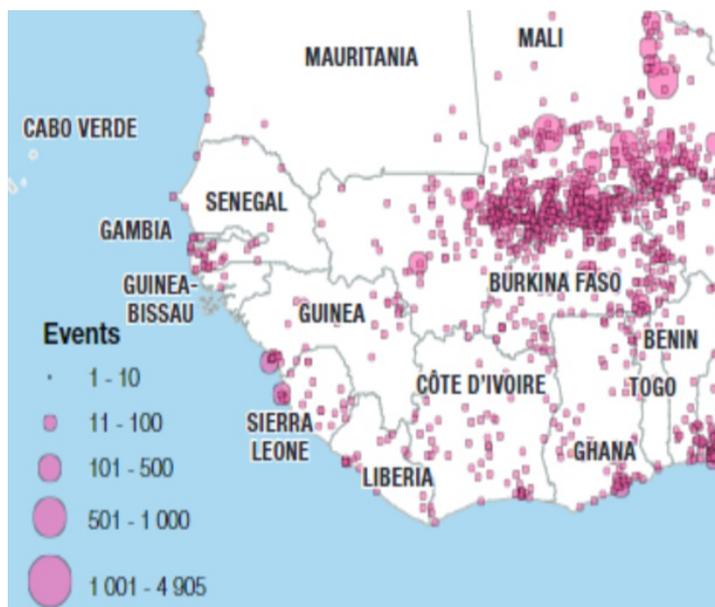
Fonte: <https://www.ecoi.net/en/file/local/2020859/document-4.pdf>

Originalmente, conforme explanado na seção sobre “Violência Generalizada”, o foco de alastramento dos conflitos em Burkina Faso localiza-se na região da Tríplice Fronteira, a partir de onde ocorrem fluxos transfronteiriços de violência, partindo do Mali em direção à Burkina Faso[108]. Conforme apontado no mapa abaixo, uma vez estabilizados no território burquinense, o jihadismo passa a expandir-se do centro do país em direção à fronteira Norte/Nordeste com o Mali, consolidando zonas de confronto (elipses listradas), além de variados pontos de combate, assinalados em vermelho, cobrindo grande parte dos territórios de Burkina Faso e do Mali, bem como as localidades ao longo da fronteira com Níger.

MAPA 07

NÚMERO E LOCALIZAÇÃO DE OCORRÊNCIAS VIOLENTAS EM BURKINA FASO

1997-2019



Fonte: https://read.oecd-ilibrary.org/development/the-geography-of-conflict-in-north-and-west-africa_02181039-en#page86

De maneira bastante célere, pois, as ações jihadistas tem se alastrando para o país como um todo, ocorrendo inclusive na capital do país, em que pese o fato de o conflito ainda estar, em

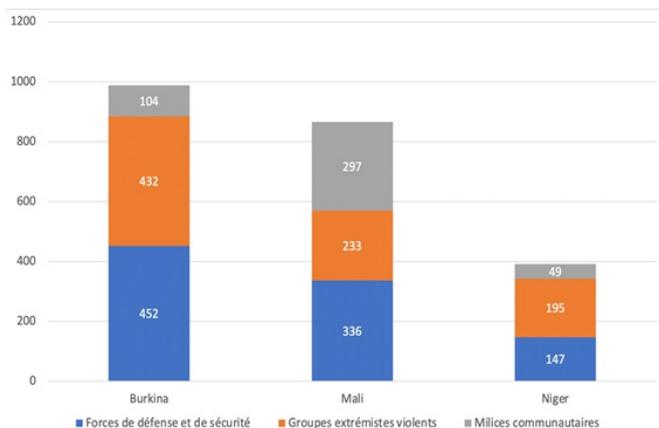
alguma medida, concentrado nas regiões de fronteira, desde onde os grupos armados frequentemente instalam suas bases militares a partir das quais realizam ataques em países fronteiriços[109]. Dados consultados para a realização da presente Nota Técnica indicam que, entre 1997 e 2019, 42% dos ataques perpetrados por grupos jihadistas na região ocorreram a menos de 100 quilômetros de alguma fronteira terrestre[110].

Para tentar barrar o avanço dos grupos extremistas, o Ministério da Segurança Interna e o Ministério da Defesa são os responsáveis pela segurança interna em Burkina Faso. O primeiro órgão supervisiona a Polícia Nacional[111]. O Exército, a Força Aérea e a Gendarmaria Nacional, que operam no Ministério da Defesa, são responsáveis pela segurança externa, mas às vezes auxiliam em missões relacionadas à segurança interna[112].

GRÁFICO 04

FATALIDADES ENTRE CIVIS POR AGENTE PERPETRADOR NA REGIÃO DO SAHEL

2020



Fonte: <https://issafrica.org/iss-today/sahel-counter-terrorism-takes-a-heavy-toll-on-civilians>

Importante mencionar também que, em 21 de janeiro de 2020, o governo aprovou uma legislação formalizando grupos de autodefesa comunitários ao estabelecer os “**Voluntários para a Defesa da Pátria**”, um corpo civil de apoio aos esforços de contraterrorismo do Estado com supervisão rudimentar do Ministério da Defesa[113]. Tal decisão está diretamente relacionada ao espraiamento pelo território burquinense da luta jihadista e dos conflitos por ela gerado. Assim, **pode-se compreender a decisão estratégica tomada pelo Estado burquinense em permitir o armamento da população civil como um claro sinal de que o conflito que, inicialmente, se localiza na fronteira norte do país se alastrou para o país como um todo.**

Nesse contexto, as forças nacionais e estrangeiras mobilizadas para combater o terrorismo no Sahel estão cada vez mais atingindo amplamente os civis. Os números do ACLED indicam que **as forças de segurança causaram mais mortes de civis no Mali e no Burkina Faso em 2020 do que as mortes atribuídas aos grupos extremistas violentos ou em episódios de violência comunitária.** Os civis são cada vez mais apanhados em um círculo vicioso de violência. De um lado, extremistas atacam aldeias inteiras em ações terroristas. Por outro lado, as comunidades locais não podem contar totalmente com a proteção das forças antiterroristas nacionais e estrangeiras, cuja reação muitas vezes chega tarde demais e podem ser abusivas[114]. O pernicioso impacto das ações de contraterrorismo levadas a cabo por Burkina Faso é alto, inclusive quando comparada aos índices de seus vizinhos, conforme demonstra o gráfico acima reproduzido.

O monopólio do Estado sobre o uso da força está, em tese, estabelecido em todo o país, mas, na realidade, há sistemáticas dificuldades em ser aplicado em todo o território nacional[115]. **O controle do estado mostrou sinais preocupantes de erosão durante os últimos anos.** Outrossim, em especial após 2018, **o alastramento dos conflitos também se faz sentir em outros lugares do país, incluindo a capital, a região oriental e as provinciais localizadas no Oeste e no Sul.** Os graves problemas socioeconômicos supramencionados, combinados com o fracionamento político e étnico das forças de segurança, há muito enfraquecem o monopólio do estado sobre a violência a ponto de desestabilizar o regime político rotineiramente.[116]

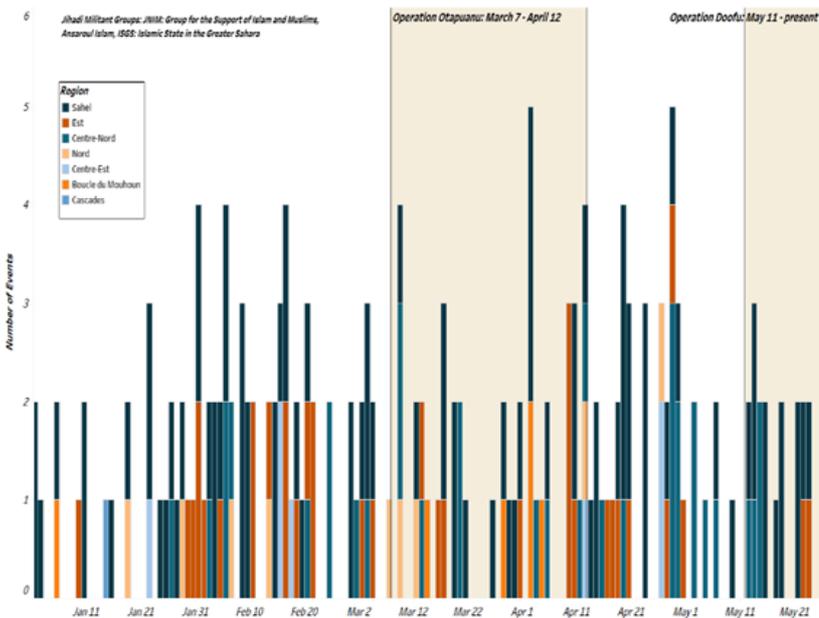
O gráfico abaixo representa o efeito *spill over* do conflito nas regiões de Burkina Faso. As operações lançadas para tentar empreender a contenção dos jihadistas, a “**Operação Otapuanu[117]**” (de março a abril de 2019) e a “**Operação Doofu[118]**” (maio - 2019) não se demonstraram eficazes no combate ao terrorismo, uma vez que **é possível observar que os grupos jihadistas mudaram a localização de suas ações terroristas:** entre março e abril, há uma maior movimentação as Províncias do Norte e do Leste; em maio, do Leste e Cascades para o Centro-Leste; e, no final de maio, do Centro-Leste para uma maior concentração no Sahel e Leste[119].

GRÁFICO 05

ATAQUES POR REGIÃO DE BURKINA FASO

(JANEIRO DE 2021 A MAIO DE 2021)

Figure 1. Burkina Faso: Attacks by jihadi militant groups across Burkina Faso (January 1 - May 26, 2019)



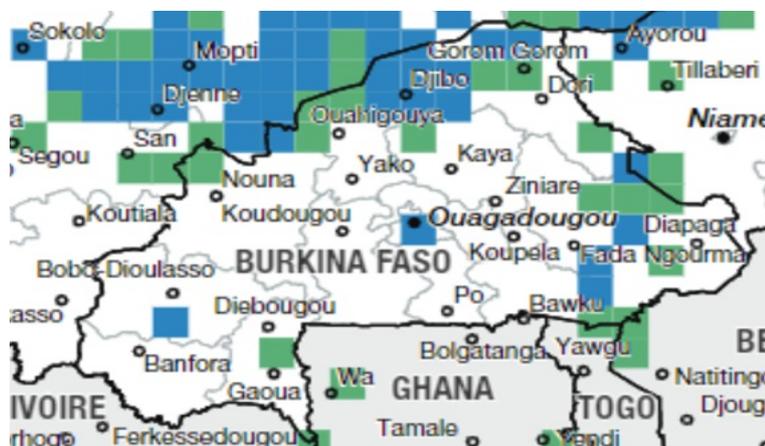
Fonte: <https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/b149-ijhadi-west-africa.pdf>

Por sua vez, conforme aponta o mapa abaixo, a **capilarização dos conflitos contribuiu para o alastramento dos embates armados jihadistas de alta e de moderada intensidade no país**, sendo que os quadrados azuis representam conflitos considerados de alta intensidade, enquanto os verdes representam conflitos de intensidade moderada. Os referidos eventos de alta e de moderada insidade causados pelas ações jihadistas ocorreram nas proximidades de quatro dos cinco maiores centros urbanos burquinenses. Importante mencionar ainda que, apesar da atualização do mapa não estar disponível, os conflitos causados pela luta jihadista no país aumentaram ainda mais no último biênio.

MAPA 08

CONFLITOS DE ALTA E DE MODERADA INTENSIDADE EM BURKINA FASO

2018



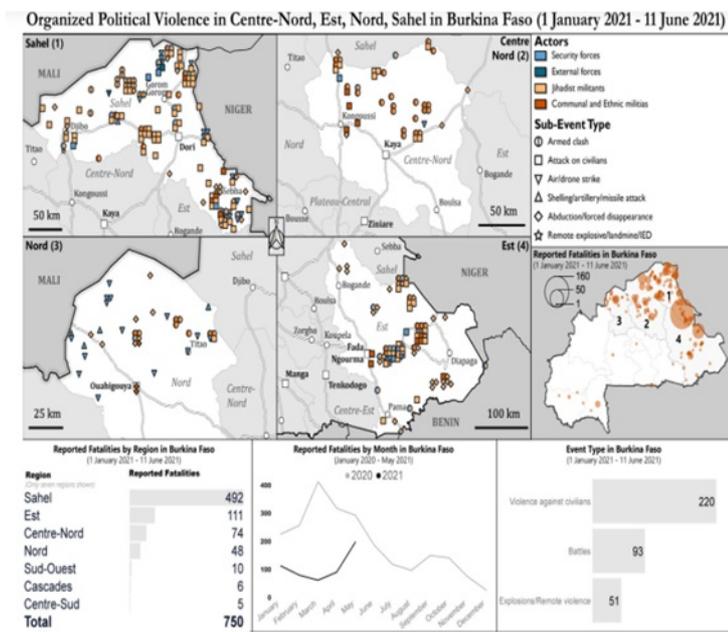
Fonte: https://read.oecd-ilibrary.org/development/the-geography-of-conflict-in-north-and-west-africa_02181039-en#page97

O enfraquecimento das forças de segurança do Estado, cada vez mais, patente. O ano de 2020 foi, particularmente, violento, pois o país sofreu ataques frequentes e mortais de grupos jihadistas existentes em Burkina Faso. Os grupos terroristas **Jama'at Nasr al-Islam wal Muslimin** (Grupo de Apoio ao Islã e aos Muçulmanos) e o **Estado Islâmico no Grande Saara**, e outros grupos armados, como o **Ansarul Islam** local, perpetraram mais de 500 ataques que resultaram em centenas de mortes de civis, bem como dezenas de mortes entre as forças de segurança do governo. Conforme já referenciado na presente Nota Técnica, o maior desses massacres recentes ocorreu em Solhan, capital da região com o mesmo nome perto da fronteira com o Mali e o Níger na chamada área das “três fronteiras”, em julho de 2021. O atentado que foi assumido pelo Estado Islâmico matou pelo menos 160 pessoas, incluindo cerca de 120 crianças. A cidade em questão é conhecida por ser um ponto de encontro e de encruzilhada para milhares de potenciais garimpeiros que atuam na região.

Nesse contexto de crescente violência, de acordo com os dados apresentados pelo ACLED, ao longo do ano de 2020 foram reportadas mais de 2.200 mortes relacionadas aos conflitos entre grupos armados em território burquinense, incluindo mais de 1.000 mortes de civis perpetradas por forças de segurança e por vários grupos armados. O mapa abaixo demonstra a capilarização do conflito, bem como sua intensificação no último biênio (2020-2021).

MAPA 09

REGIONALIZAÇÃO DO CONFLITO NO NORDESTE DE BURKINA FASO



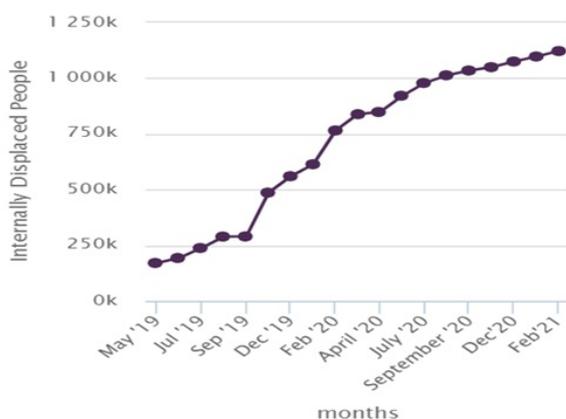
Fonte: <https://acleddata.com/2021/06/17/sahel-2021-communal-wars-broken-ceasefires-and-shifting-frontlines/>

O espriamento dos conflitos internos acima elencados causa, como via de consequência, fluxos de deslocamentos forçados internos que, por sua vez, conferem ainda maiores desafios para o manejo da crise humanitária que assola o país com maior intensidade a partir de 2018. Os referidos fluxos migratórios demonstram as dificuldades estruturais que o país enfrenta, bem como a grave e generalizada situação de precariedade no acesso aos direitos básicos que assolam o país como um todo. Conforme demonstra o gráfico abaixo, tal fenômeno vem aumentando consideravelmente nos últimos anos, atingindo patamares elevados, na medida que aproximadamente 5% dos habitantes do país se encontram nessa condição e não há qualquer sinal de desaceleração nesses números, sobretudo na tríplice fronteira com o Mali e o Níger, ao norte, segundo dados do Banco Mundial [129].

GRÁFICO 06

PESSOAS INTERNAMENTE DESLOCAS EM BURKINA FASO

MAIO DE 2019 – FEVEREIRO DE 2021



Fonte: <https://www.acaps.org/country/burkina-faso/crisis/conflict>

Sobre o tema, Roch Kaboré, presidente do Burkina Faso, afirmou em evento da Comissão para Construção da Paz das Nações Unidas, que:

Desde janeiro de 2016, meu país enfrenta ataques terroristas em grande escala cujos impactos humanos, sociais, econômicos e de convivência são incalculáveis. [...] O nível de violência alcançado e a insegurança resultaram em uma crise humanitária com o corolário de milhares de deslocados internos, escolas e centros de saúde fechados e símbolos do Estado destruídos [130].

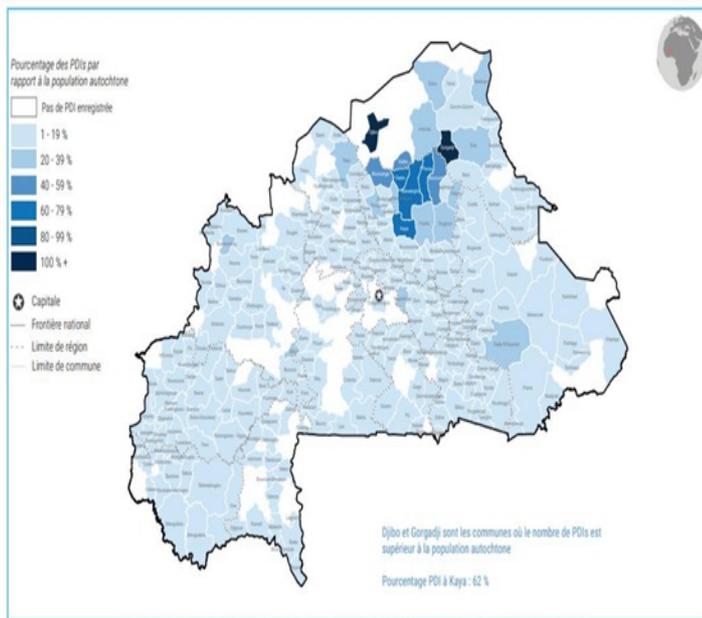
Quanto ao número total de deslocados, estima-se, segundo dados do UNICEF, que 61% sejam crianças, prejudicadas também pela ausência de acesso à educação em razão dos conflitos,

tendo 2.215 escolas sido fechadas, afetando mais de 300 mil crianças em seu processo educacional[131]. Todas as 13 regiões do país abrigam deslocados internos, mas a região Centro-Norte continua sendo a mais afetada, com mais de 40% dos números totais, sendo que a região do Sahel abriga 30% (sobretudo nos municípios de Djibo e Gorgadji, lugares em que o número de deslocados supera mesmo que a população nativa local, conforme se percebe do mapa abaixo.

MAPA 10

PORCENTAGEM DE DESLOCADOS INTERNOS EM PROPORÇÃO À POPULAÇÃO LOCAL

BURKINA FASO (1º SEMESTRE DE 2021)



Fonte: <https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/UNICEF%20Burkina%20Faso%20Humanitarian%20Situation%20Report%20No.2%20-%20March-April%202021.pdf>

Por sua vez, as **Províncias do Sahel e do Centro-Norte abrigam 74% dos deslocados do país todo**[132]. Contudo, é importante salientar que os movimentos migratórios pendulares transfronteiriços dificultam a análise dos dados, havendo necessidade de se melhorar o monitoramento e a documentação disponíveis. Também chama a atenção o fato de que o deslocamento forçado se reflete na situação alimentar, pois as taxas de desnutrição nas regiões com o maior número de deslocados, segundo do WFP, são alarmantes[133].

Apenas na primeira metade de 2021, **237.000 cidadãos burquinenses deixaram seus lares para outras regiões de Burkina Faso, um aumento substancial com relação aos 96.000 registrados na segunda metade de 2020**. Desses deslocados em 2021, 17.500 foram para países vizinhos, dobrando o número de refugiados do ano anterior em outros países, completando um total de 38.000 burquinenses espalhados pela região vizinha ao país, em especial em Mali, Níger, Benin e Costa do Marfim[134].

Importante mencionar, também, que **há relatos e evidências de violência perpetrada pelo Estado burquinense contra refugiados alojados no país**. Segundo a Anistia Internacional, em maio de 2020, 32 refugiados foram espancados no campo de refugiados de Mentao, no Sahel, em represália à morte de um soldado. A resposta dada pelo exército ao ACNUR à época foi a de que havia homens armados no campo[135].

4. Violação Maciça de Direitos Humanos

Para especificar o que se considera como violação maciça de direitos humanos, pautada aqui pela definição ampliada de refúgio contida na Declaração de Cartagena, de 1984, aponta-se **toda violação que, de forma grave e sistemática, afeta a fruição de direitos humanos pelos indivíduos, forçando-os a deixar seu país de origem e/ou de residência habitual, considerando-se todas as dimensões de direitos humanos, sejam direitos civis e políticos, sejam direitos econômicos sociais e culturais**[136].

Os Direitos Civis e Políticos, conforme aponta a Carta de Direitos Humanos das Nações Unidas[137], constituem-se a partir de uma estrutura tríplice, formada pela Declaração Universal dos Direitos Humanos[138], o Pacto Internacional de Direitos Civis e Político [139] e o Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Culturais e Sociais[140].

Não se pode conceber plenamente a existência de nenhum dos direitos acima aventados de forma isolada, uma vez que foram um corpo uno e indivisível, sendo o gozo e fruição de cada um dos direitos humanos dependente, intrinsecamente, da existência dos demais. Assim, um direito civil como a própria existência, o direito à vida, depende, necessariamente, de direitos sociais, como a saúde e a alimentação por exemplo, para o seu gozo pleno[141].

Isso posto, tem-se que a **situação em Burkina Faso enseja atenção especial com relação à violação maciça de direitos humanos, sobretudo com relação às situações ocorridas nas regiões leste e norte do país** (Leste, Centro-Norte, Norte, Sahel e Boucle du Mouhoun[142]), nas fronteiras com o Mali e o Níger, em razão da quantidade expressiva de conflitos localizados e cenários de grande violência identificados no país, promovidos, segundo a *Human Rights Watch*, não apenas por grupos terroristas e milícias pró-governo, mas pela própria gestão de Burkina Faso[143].

No entanto, conforme apontado nas seções anteriores da presente Nota Técnica, os

conflitos, que inicialmente eram localizados apenas na região da tríplice fronteira, tem se espalhado rapidamente pelo restante do país, segundo aponta, entre várias outras instituições e órgãos especializados, a Direção-Geral das Operações Europeias de Proteção Civil e de Ajuda Humanitária (DG ECHO)[144]. Ocupando uma posição geográfica ao centro da África, a situação sócio-política em Burkina Faso sofre, também, com a influência e como chamado “efeito *spill over*” decorrente dos conflitos plasmados em seus países vizinhos[145].

Burkina Faso é uma república constitucional, o que significa que há presente nos marcos legislativos do país um arcabouço jurídico para a proteção de direitos e liberdades. Porém, a existência dos referidos ordenamentos não implica, necessariamente, que elas tenham sido respeitadas na maior parte do todo tempo. Conforme mencionado anteriormente, trata-se de uma nação que figura entre as dez mais pobres do mundo[146], onde a situação humanitária vem se deteriorando gradativamente ao longo dos últimos anos, em especial a partir de 2018.

A crise local é complexa e multiforme, envolvendo questões relacionadas à segurança nacional, à insegurança alimentar, aos desastres climáticos e, mais recentemente, à saúde pública, em razão da pandemia de COVID-19[147]. Em razão de tal contexto, também é o país com uma das mais rápidas expansões no número de deslocados internos, motivo pelo qual a atenção às migrações forçadas se faz extremamente necessária, de acordo com dados do Programa Mundial de Alimentos das Nações Unidas (WFP)[148].

A - Direitos Civis, Políticos e Liberdades Individuais

A Constituição de Burkina Faso garante liberdades individuais e garantias como a não-discriminação, a proibição de escravidão e à tortura, o devido processo legal e as liberdades de expressão, de opinião e de imprensa[149]. O país vivia uma situação de relativa estabilidade política e social até o ano de 2014, sem que, no entanto, tal contexto tenha prosperado por muito tempo. Um importante ciclo de protestos, iniciado em outubro do mesmo ano, levou a consolidação de focos de violência intercomunitária armada e à destruição de bens públicos e privados, segundo o Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários[150].

Tendo em vista o agravamento da situação político-social no país, foi decretado Estado de emergência em 2018, abrangendo 16 províncias. Tal condição foi ampliada em 2020[151]. Ainda, no que diz respeito aos dados sobre a situação de violência e emergência, há severas restrições de circulação de dados.

Segundo o Departamento de Estado dos Estados Unidos, inúmeras têm sido as ameaças e ataques realizados contra veículos de informação que divulgam violações de direitos, tendo ocorrido, em 2019, uma importante modificação na legislação penal local, de forma a criminalizar a identificação das posições em solo ou movimento das forças de defesa ou ainda de cenas de atentados, sem a expressa autorização das autoridades[152].

Por sua vez, o processo de eleições presidenciais ao longo do segundo semestre de 2020 ocorreu em meio a críticas sobre a restrição da liberdade de imprensa, pois a cobertura midiática a qualquer atividade de apoio a um partido político, candidato ou grupos de partidos ou manifestações independentes foi banida no país pelo Conselho Superior de Comunicação (CSC), órgão este vinculado ao governo burquinense. Houve relatos de jornalistas que sofreram ataques por terem se envolvido em debates sobre as eleições, bem como por denunciarem situação que sugeriam a existência de corrupção por parte dos agentes públicos do país[153].

No mesmo sentido, o acesso e a utilização da internet no país, via de regra, é livre. Contudo, houve situações em que o governo burquinense se restringiu o acesso a sites e a endereços de e-mail, através de requisição de órgão equivalente ao Ministério Público, para evitar a proliferação de “notícias falsas”[154].

Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, desumanos ou degradantes

Muito embora a prática de tortura seja proibida expressamente pela Constituição do Estado de Burkina Faso, inúmeros grupos locais de direitos humanos alegam que tal prática é utilizada por agentes estatais (militares, gendarmerie, polícia, VDPs e pelos membros do Koglweogo, grupo de auto-defesa armada previamente mencionado nesta Nota Técnica)[155].

A maior parte dos relatos de tortura reportados ocorreu contra pessoas da etnia Fulani/Peuhl, minoria étnica de pastores nômades (frequentemente acusados de vinculações terroristas) e outras pessoas suspeitas de terem ligações com grupos armados e com o terrorismo. Há também relatos de tortura e estupro contra mulheres, por parte de oficiais da gendarmerie[156].

As recorrentes denúncias de prática de tortura em Burkina Faso ocasionaram uma consideração formal[157], em 2019, por parte do grupo de especialistas do “Comitê contra a Tortura das Nações Unidas” (CAT), sobre a necessidade de se resguardar os direitos humanos ao mesmo tempo em que se combate a insegurança e o terrorismo, em razão dos ataques constantes que ocorrem no país desde 2015.

Além das forças de segurança do Estado de Burkina Faso e dos grupos jihadistas que tem ampliado sua atuação na região, há uma preocupação por parte do CAT com relação à atuação de milícias e de grupos armados paraestatais, em especial o Koglweogo, em razão de denúncias reportando o sistemático cometimento de prisões ilegais, detenções, assassinatos e atos de tortura contra as populações locais[158].

Por sua vez, as condições dos centros de detenção em Burkina Faso também têm atraído a atenção dos mecanismos internacionais, tendo em vista suas condições precárias e as situações que representam real risco de vida para os detentos, devido à superlotação, a ausência de cuidados médicos adequados e as condições sanitárias mínimas, sendo a incidência de HIV/AIDS e tuberculose elevada entre os presos[159].

Ainda sobre o tema do sistema prisional burquinense, importante referenciar a existência de uma Prisão Segurança Máxima (HSP) em Ouagadougou, a qual abriga principalmente suspeitos de terrorismo. Tal unidade prisional, atualmente, abriga o dobro de detentos em relação a sua capacidade projetada (aproximadamente 900 presos), quase todos em prisão preventiva, ou seja, sem sentença condenatória transitada em julgado[160]. A falta de alimentação (apenas duas refeições por dia, sem o cuidado nutricional necessário), de acesso à água potável, de condições sanitárias minimamente adequadas, o superaquecimento das instalações, a ausência de ventilação e de iluminação tornam as condições nos presídios de Burkina Faso de alto risco para a vida dos

detentos. Na HSP de Ouagadougou havia apenas três enfermeiros para tratar de todos os 900 detentos e prisioneiros, sem nenhum médico presente no local, estando apenas disponível em regime de plantão. Relata-se, também, a existência de distinção social entre os detentos, o que significa que presos influentes ou ricos ou de menor potencial ofensivo são submetidos à melhores condições.^[161]

Assassinatos extrajudiciais e Desaparecimento Forçado

Há, segundo a *Human Rights Watch* (HRW)^[162] um elevado número de assassinatos extrajudiciais, sobretudo da minoria étnica Fulani (vítimas de *profiling* por parte das forças de segurança, por conta de uma alegada aproximação com grupos fundamentalistas), nos esforços de contraterrorismo empreendidos pelo Estado burquinense, em especial nas ações levadas a cabo pelo “*Groupe des Forces Anti-Terroristes*”, composto pelas forças armadas e pela gendarmerie local.

Por sua vez, a Anistia Internacional define a **situação de Burkina Faso como conflito armado não-internacional (NIAC)**, sendo esta a situação em que se proliferam descontroladamente as mortes extrajudiciais entre quaisquer das partes envolvidas no conflito, sejam estas forças de Estado, milícias ou grupos terroristas, em ações que, potencialmente, poderiam configurar crimes de guerra^[163]. Tais eventos também são relatados por grupos de direitos humanos locais, como o MBDHP (“*Mouvement burkinabè des droits de l’homme et des peuples*”)^[164].

Segundo o Departamento de Estado dos Estados Unidos, há também relatos de desaparecimento forçado de civis por parte das forças de segurança do Estado de Burkina Faso e por parte de grupos extremistas, igualmente^[165]. Sobre o tema, complementariamente, a *Human Rights Watch*, em relatório publicado em 2019^[166], denuncia atrocidades cometidas por grupos islâmicos armados, apontando relatos de execuções sumárias direcionadas a civis por parte dos referidos grupos, sob a justificativa de que as vítimas teriam relação com o governo, com crenças cristãs ou, ainda, com o Ocidente, o que indica uma repressão religiosa por parte de grupos armados contra populações não-islâmicas, sobretudo nas regiões Norte, Centro-Norte, Boucle du Mouhoun e Leste.

Liberdade Religiosa

Burkina Faso é um país em que a tolerância pacífica entre as religiões costumava ser o padrão. A concentração da população muçulmana se dá mais nas regiões fronteiriças ao norte, no leste e no oeste do país, enquanto os católicos se concentram mais ao centro. As demais crenças nativas são mais praticadas nas regiões interioranas e rurais. Contudo, tendo em vista o significativo aumento das ações jihadistas, percebe-se o acirramento das tensões religiosas no país, pois os grupos extremistas tendem a atacar civis em razão de suas identidades e práticas vinculadas ao seu credo^[167].

Apesar da identidade religiosa islâmica dos referidos grupos, tanto instituições cristãs como muçulmanas foram atacadas por eles, inclusive durante cerimônias e orações, tendo figurado como alvos principais: clérigos e imãs, congregações religiosas, casas de culto, funcionários locais do governo, professores e escolas (por oposição ao modelo ocidental de educação)^[168]. Por sua vez, indivíduos carregando imagens cristãs, como crucifixos, também foram alvos, bem como igrejas, que foram destruídas^[169].

Liberdade de Movimento

Há flagrantes restrições à livre movimentação, tanto por parte de agentes vinculados ao governo, como de extremistas armados. O governo determinou que cidadãos somente poderiam transitar livremente em território burquinense portando documento de identidade nacional, autorizando as autoridades competentes a solicitarem a documentação a qualquer momento, sujeitando os indivíduos do país a prisão ou multas caso não portassem identificação^[170].

Já no que concerne as restrições à liberdade de ir e vir impostas pelos grupos extremistas armados, a situação se assevera ainda mais. Nas regiões rurais do país, grupos jihadistas instalaram dispositivos explosivos improvisados (IEDs) nas principais rodovias do país, além de, sistematicamente, sequestrarem veículos e instalaram postos de controle de circulação. Em razão das centenas de ataques de grupos armados não catalogados pelo governo burquinense, mas supostamente perpetrados pelos extremistas, no ano de 2020 foi estabelecida uma proibição do tráfego de motocicletas nas regiões Norte e Leste, entre as 19h e as 5h^[171].

B - Direitos Econômicos Sociais e Culturais

Embora a agricultura seja a principal fonte econômica de Burkina Faso e também o principal meio de subsistência para mais de 80% da população, o país possui um imenso déficit alimentar e mais de 40% da população vive abaixo da linha da pobreza, segundo dados do Programa Mundial de Alimentos das Nações Unidas (WFP)^[172]. A maior parte da população, segundo os referidos dados, depende da agricultura de sequeiro (uma técnica agrícola implementada em lugares onde há poucas chuvas) de cultivo único, o que torna a população extremamente vulnerável às mudanças climáticas, intensas na região^[173].

Pobreza Extrema, Direito à Alimentação e Segurança Alimentar

O contexto de violência generalizada, abordado anteriormente, afeta diretamente a maneira pela qual os burquinenses têm dificultadas as condições para usufruírem da subsistência. Segundo dados recentes disponibilizados pela a Comissão Europeia, em sua Direção-Geral das Operações Europeias de Proteção Civil e de Ajuda Humanitária (DG ECHO), **2,8 milhões de pessoas se encontram em situação de emergência humanitária, cifra que representa um aumento de 156% na necessidade de assistência alimentar de 2020 para 2021**^[174].

No mesmo contexto, Burkina Faso ocupa a posição 144 de 156 na lista de capital humano do Banco Mundial, referente à capacidade dos países de mobilizar o potencial laboral e econômico de seus nacionais, com 40.1% da sua população vivendo abaixo da linha nacional de pobreza^[175]. O índice de desemprego é especialmente alto entre os jovens^[176] e 25% das crianças abaixo de 5 anos sofrem com a desnutrição severa^[177].

O país ocupa, também, a 5ª menor posição no ranking de desenvolvimento do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (183 de 187), sem importantes alterações nos números desde 1975. A desigualdade não é reforçada apenas pela pobreza extrema, mas também é estrutural, sobretudo nas áreas mais rurais do país e contra as mulheres^[178].

Com relação às estatísticas de pobreza, há correlação entre as regiões mais pobres

serem também as mais violentas. De acordo com dados disponibilizados pela agência especializada HEA-SAHEL, quatro províncias estão em déficit de sobrevivência e de proteção de meios de subsistência para famílias pobres a muito pobres na província de Sourou (região de Boucle de Mouhoun), e para famílias pobres nas províncias de Sanguié (região Centro-Oeste), Nayala (região de Boucle du Mouhoun) e Passoré (região norte)[179].

Tendo em vista os efeitos decorrentes da pandemia de Covid-19, segundo dados do Programa Mundial de Alimentos das Nações Unidas (WFP)[180], **estima-se que 3,3 milhões de pessoas enfrentam atualmente situação de insegurança alimentar aguda**, o que se acentuou com a crise sanitária. Duas províncias da região do Sahel, ao norte de Burkina Faso - Oudalan, na tríplice fronteira com o Níger, e Soum, fronteira apenas com o Mali - entraram na fase de emergência de insegurança alimentar.

Há uma importante consideração a se apontar no que diz respeito aos deslocamentos humanos, pois absolutamente todos os dados aqui mencionados passam, invariavelmente, por eles. Há, sem dúvidas, um impacto considerável das mudanças climáticas nos conflitos da região, o que provoca fluxos ininterruptos de pessoas vindos das regiões do Sahel, Boucle du Mouhoun e do leste do país, segundo dados do Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários (OCHA)[181]. Nesse contexto, a avaliação nutricional do WFP, com respeito às regiões de maior concentração de deslocados internos, nas regiões do Sahel, Norte, Centro-Norte e Leste, revelaram situação de desnutrição aguda moderada, em 19,7% da população, e taxas de desnutrição aguda severa de até 7,8 por cento, em pelo menos duas das 4 regiões mencionadas[182].

Segundo o “*Internal Displacement Monitoring Center*”, **parcela crescente e significativa dos conflitos intercomunais ocorridos em Burkina Faso têm razões climáticas**, em razão da deterioração das condições ambientais, causando escassez de água e de outros recursos naturais, em um país que anteriormente não possuía conflitos expressivos entre seus grupos étnicos. As chuvas sazonais, responsáveis por inundações, também provocaram mais de 20 mil deslocamentos, sendo que alguns desses municípios já hospedavam deslocados internos que haviam fugido de outras localidades por conta da violência[183].

Direito à Educação

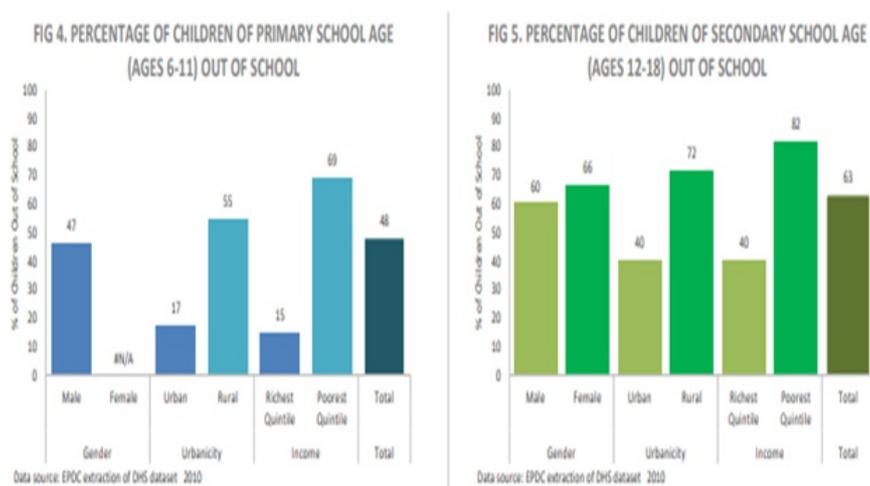
Em Burkina Faso, o ano letivo começa em outubro e termina em janeiro, e a entrada oficial na escola primária se dá aos seis anos. O país tem um total de 4.203.000 alunos matriculados no ensino primário e secundário. É notável, porém, **que 56% dos jovens burquinenses não possuem educação formal e que 16% dos jovens alcançaram, no máximo, o ensino fundamental incompleto**, o que significa que no total 72% dos jovens entre 15 e 24 anos não concluíram o ensino fundamental em Burkina Faso[184].

Por sua vez, conforme demonstram os gráficos abaixo, **66% das jovens do sexo feminino em idade escolar estão fora da escola, em comparação com 60% de jovens do sexo masculino da mesma idade**. Para os jovens em idade escolar, a maior disparidade pode ser observada entre os jovens mais pobres e os mais ricos. Em Burkina Faso, a taxa bruta de matrícula na educação primária é de 54% para meninas e meninos. O índice diminui para 32% no ensino médio. A taxa de conclusão do ensino fundamental é de 48%. Ambos os indicadores sugerem que o país ainda não atingiu a educação primária universal[185].

GRÁFICO 07

PORCENTAGEM DE CRIANÇAS FORA DA ESCOLA EM BURKINA FASO

2018



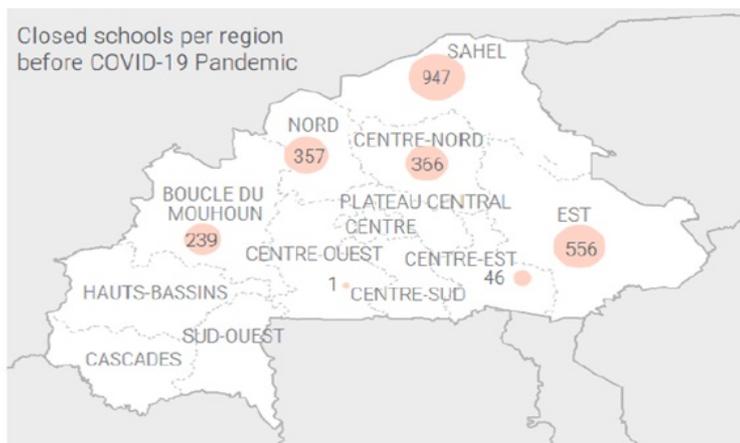
Fonte: https://www.epdc.org/sites/default/files/documents/EPDC_NEP_2018_Burkinafaso.pdf

Ainda sobre o direito e o acesso à educação em Burkina Faso, é importante destacar que, **em especial após a agudização dos conflitos e ações extremistas perpetradas pelos grupos jihadistas, passou a ocorrer o fechamento de um expressivo número de escolas devido tanto à insegurança na região em que estão instaladas quanto à ações deliberadas dos referidos grupos**, pois estes tendem a se opor àquilo que denominam “educação ocidental”. Tal cenário pode ser claramente observado a partir do mapa abaixo reproduzido.

MAPA 11

FECHAMENTO DE ESCOLAS POR REGIÃO EM BURKINA FASO

2020



Source: OCHA 20/07/2020

Fonte: <https://reports.unocha.org/en/country/burkina-faso/>

Além das ações que culminaram no fechamento das escolas, importante mencionar que também foram registrados mais de 45 ataques a escolas e a servidores da educação, somente ao longo do primeiro semestre de 2020. Em 21 desses ataques, documentados entre janeiro e março, os grupos armados sequestraram, espancaram, roubaram, ameaçaram e mataram profissionais da educação, alunos e pais, e queimaram e saquearam pelos menos 15 escolas. De abril a agosto, pelo menos 25 escolas foram incendiadas. A maioria desses ataques ocorreu nas regiões de Est, Nord e Boucle du Mouhoun[186].

Direito à Saúde

De acordo com relatório de 2021 da Organização Mundial de Saúde[187], há **2,5 milhões de pessoas sem acesso aos meios de saúde em Burkina Faso**. Tendo em vista o avanço das regiões em conflito intenso, **16,5% das unidades de saúde estão fechadas atualmente**, além de 245 unidades atuando no mínimo operacional. Aos conflitos, somam-se epidemias como sarampo, poliomielite e hepatite E, bem como a pandemia de COVID-19 que, além das consequências à saúde da população, também trazem consigo problemas socioeconômicos graves.

A deterioração da segurança impõe, assim, um grande impacto no funcionamento do sistema de saúde em Burkina Faso. O aumento no número e na intensidade dos ataques extremistas ocasionou a fuga dos profissionais de saúde e o conseqüente fechamento de inúmeras unidades de atendimento, especialmente nas regiões com segurança mais precária. De todas as unidades fechadas, 40% assim estão por conta dos ataques jihadistas[188]. Tal situação influencia, inclusive, na saúde materna, pois muitas mulheres não tiveram o acesso aos exames de pré-natal, partos assistidos e cesarianas[189].

O acesso à saúde, segundo dados do Departamento de Estado dos Estados Unidos, tem sido prejudicado diante do contexto de conflito no país, **com registros de ataques a instalações médicas**, furto de ambulâncias e de veículos oficiais e de organizações para ajuda humanitária. Estima-se **que 1,5 milhão de pessoas tenham ficado sem acesso à saúde em razão de ataques terroristas**, tendo 113 centros de saúde sido fechados e outros 156 com acesso interrompido[190].

Além dos ataques às instituições médicas, também foram reportados ataques contra o sistema de saneamento básico do país, fato este que agravou ainda mais a grave crise de escassez de água que a população enfrenta, em razão das condições climáticas adversas. Na região norte, em 27 de agosto de 2020, um grupo armado destruiu a máquina responsável pelo bombeamento de água para a região, na cidade de Titao, província de Loroum. No ataque, desapareceram o motor e a bateria do sistema de água, provavelmente direcionados a produção de dispositivos explosivos improvisados (IEDs)[191].

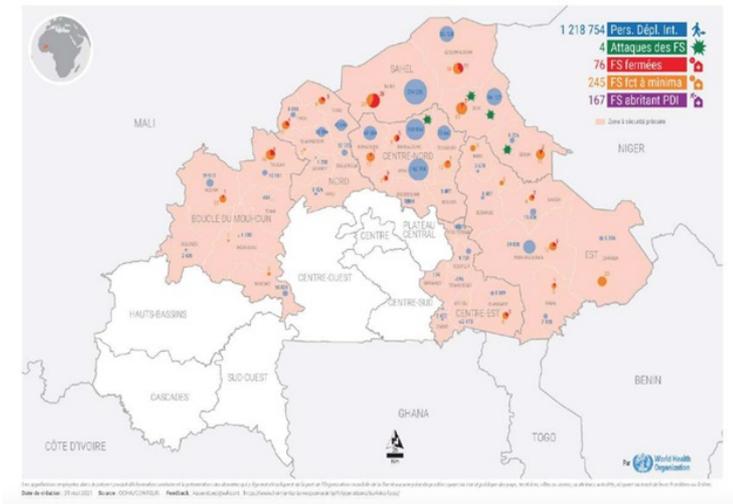
As taxas de mortalidade são elevadas em casos de malária, infecções respiratórias e doenças diarreicas, sendo que a baixa cobertura vacinal das crianças está por trás dos surtos de sarampo e meningite, também pela dificuldade de se manter estoques de vacinas. Por sua vez, como já mencionado, os índices de desnutrição são mais altos em regiões que abrigam deslocados internos como Barsalogo, Djibo, Matiacoalé e Arbinda[192].

O mapa da OMS abaixo reproduzido demonstra as regiões mais afetadas pela proporção de pessoas deslocadas internamente (em azul), os ataques às unidades de saúde (em verde), as unidades de saúde fechadas (em vermelho), as unidades de saúde em funcionamento mínimo (em amarelo), e as unidades de saúde em atendimento de deslocados internos (em violeta):

MAPA 12

UNIDADES DE SAÚDE AFETADAS PELOS CONFLITOS EM BURKINA FASO

MAIO DE 2021



Fonte: <https://www.who.int/>

Ainda segundo dados da OMS, há **privação de cuidados a aproximadamente 2,5 milhões de pessoas em Burkina Faso**, em razão da dificuldade de acesso ao sistema de saúde, situação que pode agravar doenças crônicas tais como diabetes, hipertensão, asma e HIV/AIDS. Há cerca de 600.000 pessoas necessitando intervenção de saúde mental ou atendimento psicossocial no país[193].

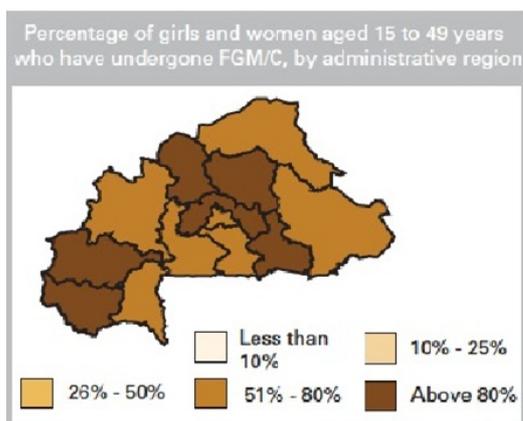
Situação de Mulheres e Crianças

Com relação à condição das mulheres, de acordo com dados da Anistia Internacional[194], a **incidência de violência de gênero (estupro, casamento infantil forçado, prostituição e outras formas de exploração sexual), aumentaram em razão dos conflitos**. Com a interrupção do atendimento por parte dos serviços de saúde, obter ajuda dos serviços de saúde sexual e reprodutiva se tornou um obstáculo adicional. Segundo a *Oxfam*, em relatório de maio de 2020, mais de 1 milhão de mulheres e crianças enfrentam um aumento na violência sexual em razão do contexto de insegurança do país[195], o que é asseverado pela ausência de água, pela fome e, em tempos atuais, pela COVID-19, o que é preocupante, levando-se em consideração o fato de que mulheres e crianças correspondem a 84% da população deslocada.

MAPA 13

ÍNDICES DE MUTILAÇÃO GENITAL FEMININA (15-49 ANOS) POR REGIÃO

BURKINA FASO, 2019



Fonte: <https://data.unicef.org/>

Conforme demonstra o mapa acima, com relação à **mutilação genital feminina (MGF), prática proibida no país desde 1996, houve uma leve queda no número de mulheres de 15 a 49 anos que sofreram MGF entre 2010 e 2015: de 75,8% a 67,6%**. Por sua vez, para meninas de 0 a 14 anos que foram vítimas da prática, a queda foi ainda menor: de 13,3% para 11,3%[196]. As estatísticas ainda são bastante altas e mais prevalentes no meio rural, onde a prática é corriqueira (68% das mulheres na faixa etária apontada no meio urbano, 78% no meio rural)[197].

Com relação aos elevados números de contaminação por HIV em Burkina Faso, existe uma diferença de gênero quanto ao estigma da sociedade, pois embora ocorra discriminação contra portadores da doença, são as mulheres que mais sofrem: em lares onde o marido e a mulher estejam infectados, quando do diagnóstico, algumas mulheres soropositivas foram expulsas de casa por suas famílias[198].

Os índices de **casamento infantil são de 52%, sendo que 1 a cada 2 meninas burquinenses se casam antes dos 18 anos, segundo o UNICEF[199]**, muitas vezes como mecanismo de enfrentamento das crises sociais e econômicas, segundo o ACNUR[200]. O índice de gravidez na

adolescência é de 132.3 para cada 1000 meninas entre 15 e 19 anos, segundo a ONU Mulheres[201].

De acordo com o relatório do Departamento de Estado dos Estados Unidos (2020), a **violência de gênero é prática disseminada por todo o país e há extensivos relatos de estupro no contexto dos conflitos, nas regiões de maior violência**[202]. Nota-se, segundo dados do ACNUR, que mais de 6% dos casos de violência sexual relatados foram em contexto de deslocamento forçado[203]. No mesmo contexto, também há exposição à violência sexual bastante acentuada nos assentamentos de deslocados internos, muitas vezes improvisados em escolas superlotadas, edifícios públicos com poucos dormitórios e com banheiros coletivos, ainda segundo relatos publicados pelo ACNUR. Meninas também estão expostas a estupro no caminho para buscar água ou enquanto estão realizando outros afazeres domésticos no meio externo[204].

As crianças, de modo geral, são as vítimas mais vulneráveis dos conflitos, sendo que as estatísticas que as envolvem, por uma série de fatores, são subnotificadas, sobretudo quanto à violência, que tende a ser normalizada em algumas sociedades. Pelo menos 2% das crianças afetadas pela crise securitária de Burkina Faso sofreram algum tipo de violência física por parte de estranhos, parentes ou pessoas conhecidas pelas crianças. Crianças desacompanhadas ou separadas de suas famílias estão, também, mais expostas a abusos. Além disso, pelo próprio contexto do conflito, 11% dos incidentes violentos ocorridos nos três primeiros meses de 2020 envolviam dispositivos explosivos improvisados (IEDs), o que coloca as crianças em maior vulnerabilidade (sobretudo dispositivos de solo, pois as crianças, em razão da menor altura, encontram-se mais próximas a eles)[205].

Há uma lacuna no que diz respeito ao registro de nascimento de crianças em Burkina Faso, porque há uma dificuldade de se conseguir esses documentos por parte dos deslocados, e **aproximadamente 88% das crianças deslocadas não têm certidão de nascimento**. Para aqueles que já possuíam documentos impressos, mas os perderam no percurso, conseguir uma segunda via é de grande dificuldade, pois a presença do governo nas áreas de conflito é limitada. A ausência de documentação dificulta o acesso das crianças a serviços básicos como educação e saúde[206].

No dia 24 de junho de 2021, segundo a agência de notícias Reuters[207], **as Nações Unidas condenaram o uso de crianças-soldado por grupos armados em Burkina Faso**, após o massacre que vitimou 130 pessoas em Solhan, no nordeste do país, ocorrido em 4 de junho, em um ataque de jihadistas vinculados à al-Qaeda e o Estado Islâmico. Dentre as vítimas, estavam principalmente crianças de 12 a 14 anos. Em razão do mesmo ataque, a representante do UNICEF em Burkina Faso, Sandra Latouff, expressou em comunicado oficial:

Condenamos veementemente o recrutamento de crianças e adolescentes por grupos armados não estatais como uma grave violação de seus direitos humanos. Lembramos que as populações civis nunca devem ser vítimas ou alvos de ataques. Famílias e crianças devem ser protegidas em todos os lugares e em todos os momentos[208].

Ainda assim, **não há dados atualizados sobre o recrutamento de crianças-soldado**, seja pelo governo de Burkina Faso ou por grupos armados. Contudo, o UNICEF estima que esse número tende a aumentar tendo em vista o atual contexto de aprofundamento das ações jihadistas no país[209]. Por sua vez, o Departamento de Estado dos Estados Unidos aponta que muitas crianças foram forçadas a ingressar em escolas corânicas pelos grupos fundamentalistas islâmicos e muitas dessas crianças foram forçadas à mendicância pelas escolas[210].

Violações contra Grupos Étnicos Minoritários

Burkina Faso possui mais de 60 grupos étnicos e muitas vezes os conflitos possuem origem nessa dinâmica local, sobretudo com relação a contextos intercomunais de disputa por terras. **Há conflitos de longa data entre pastores da etnia Fulani, de origem nômade, e outros grupos étnicos de agricultores sedentários, por pastagens**. O governo tem empreendido esforços para mediar episódios de violência[211].

Ainda assim, nos esforços antiterrorismo levado a cabo pelo governo do país, muitas vezes agricultores nômades Fulani são vitimados pelo exército, sob a justificativa de que muitos deles haviam sido recrutados por grupos fundamentalistas e extremistas, em especial o Katiba Macina e o Ansarul Islam, o que alimentou a marginalização da referida etnia em meio à sociedade burquinense[212].

Importante salientar, também, que há alguns grupos indígenas em Burkina Faso, e estes frequentemente estão em risco por conta da exploração de recursos naturais em suas terras, o que pode prejudicar seu bem-estar e subsistência, uma vez que são comunidades que dependem da natureza, em um país cuja economia, por outro lado, está atrelada à mineração[213].

Situação da Comunidade LGBTQI+

Com relação à comunidade LGBTQI+, não há legislação de proteção no país, mas não há também criminalização das relações entre pessoas do mesmo sexo. Ainda assim, há estigmatização na sociedade e, segundo informações do Departamento de Estado dos Estados Unidos, há relatos de prisões arbitrárias de gays e pessoas trans. Contudo, as informações sobre o assunto são extremamente escassas[214].

5. Circunstâncias que perturbaram a ordem pública

Sobre o tema das circunstâncias que perturbaram a ordem pública, cumpre destacar o **ataque realizado por extremistas a uma igreja na cidade de Silgadjji, em abril de 2019, que resultou na morte de cinco fiéis e um pastor**. Este foi o **primeiro ataque a uma igreja desde o início da violência sectária estabelecida no país da África Ocidental**[215]. Logo no mês seguinte, novo ataque foi direcionado a uma outra igreja, agora na cidade de Dablo enquanto uma missa era celebrada. A ação foi realizada por cerca de 30 homens e resultou na morte de seis pessoas, incluindo o padre. A igreja foi incendiada[216]. A partir dos eventos acima reportados, notícias cada vez mais recorrentes dão conta de que tanto o Estado Islâmico no Grande Saara quanto o Jamaat Nasr al-Islam wal Muslimin passaram a forçar comunidades inteiras localizadas ao norte do país a utilizar trajes islâmicos, sendo os homens incentivados a usar barba e calças mais curtas (que não cubram a perna toda) e mulheres forçadas a usar véu, sob ameaça de represálias contra aqueles que não cumprirem as ordens[217]. O mesmo comportamento tem sido repetido nas áreas controladas por outros grupos jihadistas no país[218]. Nesse contexto, **os eventos ocorridos em 2019 parecem ter inaugurado uma nova e perniciosa era no que concerne à generalização da violência em Burkina Faso, agora atacando, também, a liberdade religiosa que, até então, era respeitada no país**.

Outro evento que chamou a atenção por conta dos alvos escolhidos pelos grupos extremistas se deu na cidade de Djibo, em novembro de 2019. **Naquela ocasião, homens armados assassinaram um membro do parlamento burquinense e o vice-prefeito de cidade acima mencionada, situada na província de Sahel.** O ataque ocorreu na estrada que liga Djibo a Ouagadougou. Oumarou Dicko, vice-prefeito, viajava com outras três pessoas quando o veículo foi atingido por um dispositivo explosivo improvisado (IED), o que causou um acidente e matou dois dos passageiros na hora. OS homens armados abordaram os sobreviventes e levaram os mesmos para serem executados. Testemunhas informaram que os agressores possuíam lançadores de foguetes e armas sofisticadas. A ação atribuída ao JNIM foi considerada, à época, o assassinato político de maior relevância na história burquinense[219].

Após o ataque, a França expandiu Barkahne, sua operação militar, enviando tropas para a região norte do país[220]. O referido assassinato constitui-se num símbolo da escalada da violência no Norte de Burkina Faso, bem como do exponencial aumento do poder de ação demonstrado pelos grupos extremistas lá situados.

Importante notar, também, que os grupos extremistas têm articulado ataques visando atingir estrangeiros, em especial aqueles oriundos de países ocidentais, os quais são acusados pelos jihadistas de serem “infieis”. Nesse contexto, em março de 2018, grupos armados atacaram simultaneamente a embaixada francesa e o quartel-general do exército na em Ouagadougou. Como consequência, oito seguranças e oito agressores foram mortos nos ataques, enquanto 80 pessoas, incluindo civis, ficaram feridas. Na época, não ficou claro quem executou os ataques, mas na visão do Ministro das Relações Exteriores, Jean-Yves Le Drian, não havia dúvidas de que haviam sido ataques terroristas. Posteriormente, O Grupo de Apoio ao Islã e aos Muçulmanos (JNIM), ligado à al-Qaeda, assumiu a responsabilidade[221].

No mesmo sentido, ou seja, visando atingir alvos estrangeiros, em novembro de 2019 ocorreu um ataque de grandes proporções direcionado a um comboio de caminhões que transportava trabalhadores de uma mineradora de ouro canadense (Semafo). A ação deixou pelo menos 37 civis mortos e mais de 60 feridos, no leste de Burkina Faso. A mineradora havia reforçado a segurança em 2018 após ataques armados perto de duas outras minas no país[222].

No que concerne às liberdades individuais e de expressão, **é importante mencionar a aprovação, em 2019, de artigos do código penal do país passaram a criminalizar algumas condutas e/ou situações referentes às reportagens jornalísticas e análises políticas que tratem de ataques terroristas e operações das forças de segurança.** Tais alterações foram feitas sob a justificativa de que a disseminação de informações sobre os temas acima elencados pode, potencialmente, prejudicar a ordem pública a a condução de operações de segurança[223]. Por outro lado, as medidas tiveram um efeito bastante negativo sobre a liberdade de imprensa e sobre o trabalho de jornalistas e ativistas dos direitos humanos, os quais, constantemente, recebem ameaças após reportarem notícias tratando de abusos das forças de segurança. O código penal de Burkina Faso, com a reforma, também passou a criminalizar a “desmoralização” das forças de defesa e segurança. Nesse contexto, desde agosto de 2019, todo e qualquer tipo de relato sobre operações militares passou a ser proibido[224].

De acordo com a nova lei, os jornalistas que compartilharem informações sobre operações militares ou outras infrações relativas às ações de contraterrorismo encampadas pelo governo de Burkina Faso podem enfrentar penas de um a dez anos de reclusão, além de multa máxima de 10 milhões de francos centro-africanos (valor este que corresponde a aproximadamente 17 mil dólares). Em resposta, o presidente da “Associação Nacional de Jornalistas”, Guezouma Sanogo, denunciou tais alterações como um grave revés para a liberdade de imprensa no país, remontando à censura imposta 70 anos antes[225].

Outra circunstância recente que afetou gravemente a ordem pública em Burkina Faso foi o avanço da Pandemia de Covid-19. De acordo com o site especializado “*The New Humanitarian*”, o número crescente de casos sobrecarregou o já pressionado sistema de saúde do país. O país carece tanto de pessoal treinado em cuidados respiratórios quanto de pontos de triagem de saúde insuficientes ao longo de suas fronteiras terrestres[226]. Devido ao avanço pandêmico, em especial a partir do segundo semestre de 2020, as fronteiras do país foram fechadas e as viagens entre as vilas e cidades restringidas[227]. Tal cenário tornou ainda mais difícil para que agentes humanitários acessassem pessoas carentes em áreas que sofrem com a violência ou, mesmo, a fuga dessas populações que vivem em áreas assoladas pela violência. Por conta das referidas medidas restritivas, estima-se que 1,6 milhão de pessoas que vivem em áreas afetadas por conflitos ficaram com pouco ou nenhum acesso a cuidados médicos[228].

Com a pandemia, mais um fator social também se agravou: a insegurança alimentar. O número de pessoas que precisam de ajuda alimentar emergencial em Burkina Faso triplicou ao longo de 2020[229].

Muitas das medidas que, acertadamente, foram tomadas para conter a disseminação da COVID-19, como a diminuição da oferta de transporte público, a realização de quarentena e o fechamento do comércio geraram um “efeito colateral” relevante no que concerne à crise socioeconômica que o país já vinha enfrentando no contexto pré-pandêmico. Ao longo do período recente, pois, aumentaram os índices de desnutrição em todo o país. Adicionalmente, o preço do milho, um alimento básico da cultura alimentar do país, aumentou 15% em comparação a 2019[230].

O cenário piorou ainda mais à medida que os deslocados perderam a temporada de plantio, enquanto a violência generalizada aumenta. Na região do Sahel, cerca de 11.000 pessoas estão enfrentando a fase 5 da catástrofe alimentar e este é nível mais alto no sistema de sistema de Classificação da Fase de Segurança Alimentar Integrada elaborado pela ONU e agências de ajuda humanitária. Agentes humanitários informaram que foi a primeira vez em 10 anos que parte do país entrou na fase 5[231]. Importante fazer menção ao fato de que muitos comboios organizados por agências de ajuda humanitária que transportam alimentos para distribuição no Sahel, acabam sendo emboscadas e roubadas por grupos armados, falhando em suas missões de alcançar a maioria das pessoas necessitadas na região[232].

Por fim, outro aspecto estrutural que, indiretamente, geram circunstâncias que dificultam a garantia dos direitos humanos e da ordem pública refere-se à **altíssima taxa de fecundidade em Burkina Faso** (5,19 filhos por mulher em 2018), resultando em uma população jovem e, ainda, inativa na participação da economia[233]. Quase metade da população, ou 45 %, tem entre 0 e 14 anos[234]. Outra situação que favoreceu o crescimento populacional em Burkina Faso diz respeito ao deslocamento maciço de refugiados oriundos de países fronteiriços. A Agência das Nações Unidas para os Refugiados afirma que 5% da população total de Burkina Faso é composta por pessoas deslocadas[235]. Esse fenômeno está agravando a crise humanitária, pois o país como um todo já tem poucos recursos quem encara o desafio de receber quase um milhão de refugiados[236].

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Diante das informações presentes neste relatório, conclui-se que, no atual momento histórico, Burkina Faso enfrenta situação de grave crise institucional com múltiplas violações dos direitos humanos, conforme inciso III do art. 1º da Lei nº 9.474, de 1997.

Vislumbra-se, pois, ações práticas como sugestões decorrentes deste Estudo de País de Origem - EPO.

A primeira delas é a **recomendação, ao Comitê Nacional para os Refugiados, para reconhecer e declarar a situação de grave e generalizada violação de direitos humanos, em todo o território de Burkina Faso.**

A segunda delas está condicionada à adoção da primeira recomendação e direciona-se a esta própria Coordenação-Geral, para que, na inexistência de critérios e condições que leve ao reconhecimento da condição de refugiado de nacionais burquinenses com fulcro no inciso I do art. 1º da Lei nº 9.474, de 1997, sejam os casos submetidos à apreciação do Comitê com fulcro no inciso III do mesmo art. 1º.

Diante da extensa pesquisa de país de origem, analisada à luz dos critérios elencados pela Declaração de Cartagena reconhecidos pela comunidade internacional, considero que Burkina Faso apresenta grave diagnóstico institucional com múltiplas violações dos direitos humanos e, com fulcro no inciso III do art. 1º da Lei nº 9.474/97, **submeto à apreciação do Comitê Nacional para os Refugiados que reconheça a situação de Grave e Generalizada Violação de Direitos Humanos em todo o território de Burkina Faso** com base nos critérios inspirados na Declaração de Cartagena, bem como ouvida a consideração do MRE.

Para tanto, recomendo ao Comitê Nacional para os Refugiados:

- Adotar procedimentos simplificados para a tramitação dos processos de reconhecimento da condição de refugiado de nacionais burquinenses;
- Que seja dispensada a entrevista de elegibilidade, desde que o requerente:
 - tenha em seu processo documentação burquinense, a fim de comprovar a sua nacionalidade, podendo ser passaporte ou documento de identidade, ainda que fora da validade;
 - tenha como registro de última movimentação migratória a entrada no país;
 - não tenham óbice contra si;
 - tenha atingido a maioridade civil (18 anos); e
 - não tenha autorização de residência em território nacional, nos termos da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017.
- Que seja mantida a indispensabilidade de verificação de excludentes, com base no art. 3º da Lei nº 9.474, de 1997;
- Que seja mantida a indispensabilidade de verificação de óbices, por parte de qualquer instituição ou de indivíduo;
- Que seja mantida a indispensabilidade de verificação de permanência em território nacional, inclusive podendo ser provada por meio de entrevista complementar; e
- Por fim, considerando as mudanças no contexto interno do país, sugere-se que a atualização desta decisão possa ser feita a qualquer momento, caso haja evolução do contexto. Contudo, para validade desta decisão, propõe-se que a mesma seja aplicável até 31 de dezembro de 2022, ocasião em que, não havendo alteração do contexto fático na **Burkina Faso**, a decisão deve ser reavaliada pelo Comitê Nacional para os Refugiados, com a ressalva, claro, de que pode ser feita a qualquer momento caso haja mudança no contexto fático do país.

QUADRO RESUMO

CRITÉRIO	RESUMO DAS PRINCIPAIS INFORMAÇÕES DO PAÍS
1. Violência Generalizada	<p>A situação de violência generalizada em Burkina Faso está diretamente relacionada à expansão das atividades de grupos jihadistas no país. Por participar ativamente das missões militares estrangeiras no Sahel, o país é considerado um inimigo legítimo da Al-Qaeda no Magrebe Islâmico (AQMI) e de seus grupos associados.</p> <p>Em especial a partir de 2018, os terroristas passaram a cooptar redes criminosas locais ao oferecer a elas acesso a armamento pesado e, também, recursos financeiros em troca da realização de violentos ataques em regiões onde os jihadistas têm pouco acesso.</p> <p>O epicentro da violência que se generaliza por Burkina Faso é a região da chamada "Tríplice Fronteira" (com Mali e Níger), na medida em que este é o local onde se localizam as bases militares dos jihadistas, bem como o espaço a partir do qual os ataques são impulsionados.</p> <p>A capilarização da violência pelo território de Burkina Faso já é um fato e o país está se tornando rapidamente um "corredor" para o aumento da violência na Costa do Marfim, Gana, Togo e Benim.</p> <p>A reação das forças estatais e paraestatais para tentar frear o avanço do terrorismo também acaba por contribuir para o aumento e para a generalização dos índices de violência em Burkina Faso.</p>
2. Agressão Estrangeira	<p>Burkina Faso foi parte do esforço neocolonialista francês, na chamada "África Ocidental Francesa", desde 1896 até 1960.</p> <p>A partir do vizinho do Mali, o território de Burkina Faso passou a ser alvo da expansão da luta jihadista, sendo esta, uma disputa travada contra grupos estrangeiros.</p> <p>Em que pese o fato de não ter havido agressão estrangeira por parte da Argélia e da Líbia em relação a Burkina Faso, ambos países tiveram</p>

	<p>grande influência no espraiamento da luta jihadistas no Sahel que, hoje, tem efeito direto no quadro de violência generalizada disseminado na região.</p>
3. Conflitos Internos	<p>Burkina Faso se tornou um símbolo da piora nas tendências de insegurança na região do Sahel. O conflito apresenta sinais claros de transbordamento para os países costeiros da África Ocidental, ao sul.</p> <p>Ao norte do país, os grupos extremistas Ansarul Islam e JNIM se beneficiam das tensões étnicas e da negligência do estado como mecanismos para catalisar sua influência entre a população local.</p> <p>Por sua vez, o Leste do país é um reduto do Estado Islâmico Grande Saara (IS-GS). Diversas bases do exército estão sob ataque contínuo por grupos armados não estatais (ligados à Al-Qaeda Maghreb/AQIM).</p> <p>O foco de alastramento dos conflitos localiza-se na região da Tríplice Fronteira, a partir de onde ocorrem fluxos transfronteiriços de violência, partindo do Mali em direção à Burkina Faso. Uma vez estabilizados no território burquinense, o jihadismo passou a expandir-se do centro do país em direção à fronteira Norte/Nordeste, consolidando zonas de confronto perenes.</p> <p>As forças de segurança causaram mais mortes de civis em Burkina Faso (2020) do que as mortes atribuídas aos grupos extremistas. Por sua vez, a medida em que são reprimidos, os grupos jihadistas mudram a localização de suas ações terroristas, abrangendo outras partes do país.</p>
4. Violação Maciça dos Direitos Humanos	<p>Direitos Cívicos, Políticos e Liberdades Individuais: Burkina Faso vivia uma situação de relativa estabilidade política e social até o ano de 2014. Contudo, um importante ciclo de protestos, iniciado em outubro daquele ano, sedimentou focos de violência intercomunitária armada.</p> <p>As recorrentes denúncias de prática de tortura ocasionaram uma consideração formal, em 2019, por parte do "Comitê contra a Tortura das Nações Unidas". No mesmo sentido, as condições dos centros de detenção são consideradas precárias, representam real risco de vida para os detentos.</p> <p>Reporta-se um elevado número de assassinatos extrajudiciais, sobretudo da minoria étnica Fulani (por conta de uma alegada aproximação com grupos fundamentalistas), nos esforços de contraterrorismo empreendidos pelo Estado burquinense.</p> <p>Burkina Faso é um país em que a tolerância pacífica entre as religiões costuma ser o padrão. Contudo, tendo em vista o significativo aumento das ações jihadistas, percebe-se o acirramento das tensões religiosas.</p> <p>Há flagrantes restrições à livre movimentação, tanto por parte de agentes vinculados ao governo, como de extremistas armados.</p> <p>Direitos Econômicos Sociais e Culturais: o país possui um imenso déficit alimentar e mais de 40% da população vive abaixo da linha da pobreza.</p> <p>No ano de 2020, aproximadamente três milhões de pessoas se encontravam em situação de emergência humanitária, cifra que representa um aumento de 156% em relação aos números do ano anterior.</p> <p>Quanto ao direito à educação, 56% dos jovens burquinenses não possuem educação formal e apenas 16% destes alcançaram, no máximo, o ensino fundamental incompleto. Por sua vez, a agudização das ações jihadistas ocasionou fechamento de um expressivo número de escolas no país.</p> <p>Com relação ao direito à saúde, relatório de 2020 da OMS indicou que havia cinco milhões de pessoas sem acesso aos meios de saúde em Burkina Faso.</p> <p>No que concerne aos direitos das mulheres e de crianças, 67,6% das mulheres de 15 a 49 anos que sofreram mutilação genital feminina. Por sua vez, o índice de casamento infantil é de 52%, sendo que 1 a cada 2 meninas burquinenses se casam antes dos 18 anos. Já a violência de gênero é prática disseminada por todo o país e há frequentes relatos de estupros no contexto dos conflitos, nas regiões de maior violência.</p>
5. Circunstâncias que Tenham Perturbado Gravemente a Ordem Pública	<p>Em 2019, registraram-se os primeiros ataques de grupos extremistas à templos e igrejas, fatos estes que colocam em risco a até então situação de estabilidade vivenciada no país quanto à liberdade religiosa.</p> <p>No mesmo sentido, os grupos extremistas têm articulado ataques visando atingir estrangeiros, em especial àqueles oriundos de países ocidentais, os quais são acusados pelos jihadistas de serem "infieis".</p> <p>No que concerne às liberdades individuais e de expressão, em 2019 forma aprovados modificações de artigos do código penal do país que passaram a criminalizar condutas referentes à publicação de reportagens jornalísticas que tratem de ataques terroristas e operações das forças de segurança.</p> <p>Por fim, outra circunstância recente que afetou gravemente a ordem pública em Burkina Faso foi o avanço da Pandemia de Covid-19.</p>
6. Posição Acnur	Não consta nos autos
7. Manifestação MRE	Ainda não há

[1] A Declaração de Cartagena pode ser acessada em: <http://www.mpf.mp.br/pfdc/temas/legislacao/internacional/declaracao-de-cartagena-1984/view>

[2] De acordo com relatório de agência especializada disponível em [BTI 2020 Burkina Faso Country Report \(bti-project.org\)](http://www.bti-project.org/BTI_2020_Burkina_Faso_Country_Report)

[3] De acordo com a análise publicada pela Agência Austríaca para o Desenvolvimento, disponível em https://www.entwicklung.at/fileadmin/user_upload/Dokumente/Laenderinformationen/LI_BurkinaFaso_Nov2020.pdf

[4] Conforme dados disponíveis em <https://www.worldbank.org/en/country/burkinafaso/overview>

[5] Idem.

[6] Conforme informado em <https://pubdocs.worldbank.org/en/167611492188152631/mpo-bfa.pdf>

[7] Idem.

[8] Relatório disponível em http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr_2019_pt.pdf

[9] Conforme informado em <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/2020/12/15/veja-o-ranking-completo-de-todos-os-paises-por-idh>

[10] Conforme relatório disponível em https://www.entwicklung.at/fileadmin/user_upload/Dokumente/Laenderinformationen/LI_BurkinaFaso_Nov2020.pdf

[11] Conforme dados disponíveis em <https://knoema.com/atlas/Burkina-Faso/Poverty-rate-at-national-poverty-line>

[12] Conforme informado em <https://www.wfp.org/countries/burkina-faso>

[13] Conforme dados disponíveis em https://databank.worldbank.org/data/download/poverty/33EF03BB-9722-4AE2-ABC7-AA2972D68AFE/Global_POVEQ_BFA.pdf

[14] https://www.jica.go.jp/english/our_work/thematic_issues/gender/background/c8h0vm0000anjq6-att/burkinafaso_2013.pdf

[15] Conforme dados disponíveis em <http://uis.unesco.org/en/country/bf>

[16] Conforme informado em <https://www.britannica.com/place/Burkina-Faso/Health-and-welfare>

[17] Conforme dados disponíveis em https://au.int/sites/default/files/documents/31260-doc-2015_auc_african_gender_scorecard_pr.pdf

[18] Idem.

[19] Conforme dados disponíveis em <https://www.worldometers.info/world-population/burkina-faso-population/>

[20] Idem.

[21] Mapa disponível em https://www.cia.gov/the-world-factbook/static/fac293c3704a18e2e24cc016b27fffc9/BURKINA_FASO_Population_density.jpg

[22] Conforme dados apresentados em <https://www.adaptation-undp.org/explore/western-africa/burkina-faso#:~:text=Climate%20changes%20are%20evident%20throughout%20Burkina%20Faso.&text=In%20addition%2C%20climate%20change%20will,for%20forest%20fires%20or%20bushfires.>

[23] Conforme dados disponíveis em <https://www.cia.gov/the-world-factbook/countries/burkina-faso/>

[24] Conforme análise disponível em <https://www.ecoi.net/en/document/2048650.html>

[25] Conforme disponível em <https://www.hrw.org/africa/burkina-faso>

[26] Conforme análise disponível em <https://www.crisisgroup.org/africa/west-africa/burkina-faso/254-social-roots-jihadist-violence-burkina-fasos-north>

[27] Para informações mais detalhadas sobre os VDPs, consultar <https://www.rfi.fr/fr/afrique/20210607-burkina-faso-qui-sont-les-volontaires-de-la-d%C3%A9fense-de-la-patrie>

[28] Conforme disponível em <https://www.ecoi.net/en/document/2048114.html>

[29] Idem.

[30] Para mais informações sobre o estado atual das liberdades religiosas em Burkina Faso, consultar <https://bf.usembassy.gov/wp-content/uploads/sites/159/BURKINA-FASO-2018-INTERNATIONAL-RELIGIOUS-FREEDOM-REPORT.pdf>

[31] Idem.

[32] Conforme noticiado em <https://www.nytimes.com/2019/12/01/world/africa/church-attack-burkina-faso.html>

[33] Conforme noticiado em <https://bf.usembassy.gov/slide/the-united-states-condemns-the-february-17-attack-in-pansy-yagha-province/>

[34] Conforme informações disponíveis em <https://www.iom.int/countries/burkina-faso>

[35] Conforme dados disponibilizados em <https://www.unhcr.org/burkina-faso.html>

[36] O golpe de 1983 liderado pelo capitão Thomas Sankara, estabeleceu um regime político que tentou modelar o país e sua sociedade com base em um programa social revolucionário, caracterizado por inclinações anti-imperialistas e populistas. No entanto, quatro anos depois, em 1987, Sankara foi assassinado em um golpe militar organizado por Blaise Compaoré.

[37] O texto constitucional de 1991 está disponível em https://www.constituteproject.org/constitution/Burkina_Faso_2012?lang=en

[38] Os resultados do pleito estão disponíveis em http://archive.ipu.org/parline-e/reports/arc/2047_92.htm

[39] Dados disponíveis em <https://theodi.org/project/case-study-burkina-fasos-open-elections/>

[40] Conforme análise disponível em [BTI 2020 Burkina Faso Country Report \(bti-project.org\)](https://www.bti-project.org)

[41] Conforme análise constante no relatório disponibilizado pelo Departamento de Estados dos EUA, disponível em <https://www.ecoi.net/en/document/2048114.html>

[42] Sobre o assassinato de Zongo, consultar <http://www.african-court.org/en/images/Cases/Judgment/Nobert%20Zongo%20Judgment-%20English.pdf>

[43] Idem.

[44] Para os resultados das referidas eleições, consultar <https://www.electionguide.org/elections/id/2959/>

[45] Conforme dados disponíveis em <https://www.electionguide.org/elections/id/2169/>

[46] Conforme noticiado em <https://www.bbc.com/news/world-africa-14645746>

[47] Conforme análise disponível em <https://www.washingtonpost.com/news/monkey-cage/wp/2014/11/04/the-fall-of-the-hegemon-in-burkina-faso/>

[48] Conforme noticiado em <https://nvdatabase.swarthmore.edu/content/burkina-faso-protesters-remove-blaise-compaore-power-2014>

[49] Conforme noticiado em <https://www.dw.com/pt-002/michel-kafando-oficialmente-reinstalado-na-presid%C3%Aancia-do-burkina-faso/a-18735508>

[50] Conforme noticiado em <https://www.dw.com/pt-br/presidente-de-burkina-faso-renuncia/a-18032893>

[51] Conforme informações contidas em <https://www.france24.com/en/20141123-burkina-faso-zida-kafando-transitional-government>

[52] Sobre o destino do líder do referido golpe, consultar <https://www.aljazeera.com/news/2019/9/2/burkina-faso-convicts-two-generals-over-deadly-2015-coup>

[53] Idem.

[54] Para informações mais detalhadas sobre o atual presidente de Burkina Faso, consultar <https://www.britannica.com/biography/Roch-Marc-Christian-Kabore>

[55] A análise sobre as eleições de 2015 em Burkina Faso podem ser acessadas em <https://www.ndi.org/burkina-faso-elections-2015>

[56] Conforme apresentado em relatório especializado disponível em <https://www.bti-project.org/en/reports/country-report-BFA-2020.html>

[57] Sobre a consolidação do MPP enquanto grupo político organizado em Burkina Faso, consultar <https://www.ndi.org/sites/default/files/The%20MPP%20in%20Burkina%20Faso%20-%20French.pdf>

[58] Sobre os impactos eleitorais da lei promulgada em agosto de 2020, consultar <https://www.aljazeera.com/news/2020/10/6/amid-insecurity-voters-cannot-register-for-burkina-faso-polls>

[59] Para os resultados do pleito, consultar <https://www.france24.com/en/africa/20201126-burkina-s-kabor%C3%A9-wins-re-election-according-to-full-preliminary-results>

[60] Para uma análise mais completa sobre a lisura do pleito ocorrido em 2020, consultar <https://www.ndi.org/2020-burkina-faso-presidential-and-legislative-elections>

[61] Conforme análise contida em https://www.everycrsreport.com/files/2020-12-10_IF10434_3ee477d634ef39a514ba65d59a971b2d060e8a1e.pdf

[62] Conforme elaboração conceitual disponível em http://www.geocities.ws/politicausp/relacoesinternacionais/soc_global/Moreira.pdf

[63] Conforme informações disponíveis em <https://minusma.unmissions.org/en/burkina-faso-peacekeepers-saving-lives-mali>

[64] Segundo dados disponíveis em <https://www.economist.com/middle-east-and-africa/2018/12/15/burkina-faso-west-africas-linchpin-is-losing-its-war-on-terror>

[65] Conforme dados disponíveis em <https://www.bti-project.org/en/reports/country-dashboard-BFA.html>

[66] Idem.

[67] De acordo com relatório disponível em <https://www.ecoi.net/en/document/2043530.html>

[68] Em dezembro de 2019, 14 religiosos foram mortos, incluindo o pastor, durante a missa de domingo (vila de Hontoukoura, Komondjari). Por sua vez, em fevereiro de 2020, 7 religiosos foram sequestrados por extremistas, desses, 5 foram encontrados mortos no dia seguinte.

[69] Vídeo disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=2AlJ50jPMHU>

[70] Conforme noticiado em <https://news.un.org/en/story/2021/07/1096322>

[71] Conforme noticiado em <https://www.counterterrorismgroup.com/post/flash-alert-high-risk-of-kidnapping-killing-and-armed-assault-of-western-nationals-in-burkina-faso>

[72] Conforme noticiado em <https://www.garda.com/crisis24/news-alerts/347191/burkina-faso-militant-attack-kills-ten-people-in-sanmatenga-province-centre-nord-region-may-30>

[73] Conforme noticiado em <https://www.diplomatie.gouv.fr/en/country-files/burkina-faso/news/article/burkina-faso-attacks-in-arbinda-and-hallale-24-25-dec-2019>

[74] Conforme noticiado em https://www.mfa.gov.tr/no_346_-burkina-faso-da-meydana-gelen-teror-saldirisi-hk.en.mfa

[75] Segundo informações disponíveis em <https://acleddata.com/2019/05/31/a-vicious-cycle-the-reactionary-nature-of-militant-attacks-in-burkina-faso-and-mali/>

[76] Conforme análise circunstanciada disponível em <https://acleddata.com/2018/09/20/the-fledgling-insurgency-in-burkinas-east>

[77] Idem.

[78] Idem.

[79] Conforme análise disponível em <https://www.max-security.com/security-blog/senegalese-security-forces-dismantle-militant-cell-linked-to-katiba-macina-in-senegals-kidira-bordering-mali-sahel-situation-update>

[80] Para maior detalhamento sobre a atuação dos VDP, consultar <https://www.clingendael.org/publication/volunteers-defense-homeland>

[81] Conforme análise circunstanciada disponível em <https://noria-research.com/self-defence-movements-in-burkina-faso-diffusion-and-structuration-of-koglweogo-groups/>

[82] Idem.

[83] Conforme apontado no relatório produzido pela *Human Rights Watch* (2020), disponível em <https://www.hrw.org/news/2020/07/08/burkina-faso-residents-accounts-point-mass-executions>

[84] Conforme noticiado em <https://www.aljazeera.com/news/2021/6/22/burkina-faso-at-least-11-policemen-killed-in-ambush>

[85] Conforme apontado no relatório disponível em <https://reliefweb.int/AFR3723182020ENGLISH>

[86] <https://www.ecoi.net/en/document/2048114.html>

[87] Conforme noticiado em <https://www.aljazeera.com/news/2019/1/2/13-killed-in-intercommunal-violence-in-burkina-faso>

[88] Conforme noticiado em <https://www.aljazeera.com/news/2019/1/2/13-killed-in-intercommunal-violence-in-burkina-faso>

[89] Conforme relatório do Departamento de Estados dos Estados Unidos da América, disponível em <https://www.ecoi.net/en/document/2048114.html>

[90] Para informações sobre História moderna africana consultar, entre outros, a obra <http://www.dominipublico.gov.br/download/texto/ue000325.pdf>

[91] Idem.

[92] Para maior detalhamento sobre os processos de integração regional em que Burkina Faso participa, consultar https://media.africaportal.org/documents/Backgrounder_No_19.pdf

[93] Para maior detalhamento da iniciativa de integração regional "G5 Sahel", consultar <https://frstrategie.org/sites/default/files/documents/programmes/observatoire-du-monde-arabo-musulman-et-du-sahel/publications/201913.pdf>

[94] Sobre as relações bilaterais sino-burquinenses consultar <https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/186810261404300104>

[95] Para uma análise sobre o papel proativo exercido por Kadafi nos países do Sahel, consultar: DEYCARD, F. e GUICHAOUA, Y. Whether you liked him or not, Gaddafi used to fix a lot of holes. *African Arguments*, 2011.

[96] Sobre os referidos grupos extremistas, consultar: LAREMONT, R. Al Qaeda in the Islamic Maghreb: Terrorism and Counterterrorism in the Sahel. *African Security*, 4(4), 2011.

[97] Para mais detalhes sobre a influência da Argélia na crise do Mali, consultar a análise disponível em: www.clingendael.org/pub/2015/the_roots_of_malis_conflict/3_a_playing_field_for_foreign_powers/

[98] Sobre o papel ambivalente desempenhado por Argel na condução dos esforços antiterroristas no Sahel, consultar: AMMOUR, L. Regional security cooperation in the Maghreb and Sahel: Algeria's pivotal ambivalence, *African Center for Strategic Studies*, 2012.

[99] Conforme apontado por: LOHMANN, A. **Who owns the Sahara?** Old conflicts, new menaces: Mali and the Central Sahara between Tuareg, Al Qaeda and Organized Crime. Friedrich Ebert Stiftung (FES), 2011.

[100] Entre os quais destacam-se o líder o líder da Al-Qaeda no Magreb Islâmico (AQMI), Abdelmalek Droukdal (morto durante uma operação especial francesa durante a Batalha de Talahandak, Mali, em junho de 2020) e Mokhtar Belmokhtar, líder argelino do grupo Al-Murabitoun.

[101] Conforme análise disponível em https://www.everycrsreport.com/files/2020-12-10_IF10434_3ee477d634ef39a514ba65d59a971b2d060e8a1e.pdf

[102] Conforme apresentado em <https://www.msf.fr/actualites/conflit-au-burkina-faso-beaucoup-de-gens-ont-peur-de-dormir-la-nuit>

[103] Conforme noticiado em <https://www.aljazeera.com/news/2021/6/10/solhan-massacre-exposes-failure-tackle-sahel-crisis-burkina-faso>

[104] <https://www.ecoi.net/en/document/2048114.html>

[105] O Ansarul Islam é composto em grande parte por combatentes da etnia Peul e realiza ataques principalmente no norte e no leste de Burkina Faso, além de operar do outro lado da fronteira com o Mali. Acredita-se que esteja em contato próximo com membros de Katibat Macina, bem como com Almansour Ag Alkassoum (antes de sua morte) e seus seguidores. Também opera cada vez mais ao longo da fronteira de Burkina Faso com o Níger. Para informações mais detalhadas sobre o grupo, constar https://ecfr.eu/special/sahel_mapping/ansarul_islam

[106] Sobre as ações dos extremistas no norte de Burkina Faso, consultar https://ecfr.eu/special/sahel_mapping/ansarul_islam

[107] Informações mais detalhadas sobre o jihadismo no Leste de Burkina Faso, consultar <https://www.state.gov/reports/country-reports-on-terrorism-2019/burkina-faso/>

[108] <https://www.ecoi.net/en/document/2048114.html>

[109] Conforme conclui o relatório do Departamento de Estado dos EUA disponível em <https://www.ecoi.net/en/document/2048114.html>

[110] Conforme dados contidos em https://read.oecd-ilibrary.org/development/the-geography-of-conflict-in-north-and-west-africa_02181039-en#page92

[111] Para informações institucionais do Ministério da Segurança interna de Burkina Faso, consultar <https://www.securite.gov.bf/accueil>

[112] Para informações institucionais sobre o Ministério da Defesa de Burkina Faso, consultar <https://www.defense.gov.bf/accueil>

[113] Uma análise circunstanciada sobre a polêmica decisão de promover o armamento da população civil em Burkina Faso pode ser acessada em <https://grip.org/https-grip-org-armed-civilians-burkina-faso/>

[114] Conforme análise disponível em <https://issafrica.org/iss-today/sahel-counter-terrorism-takes-a-heavy-toll-on-civilians>

[115] Conforme dispõe a Constituição de Burkina Faso, que pode ser lida na íntegra em <https://www.wipo.int/edocs/lexdocs/laws/fr/bf/bf017fr.pdf>

[116] Conforme conclui o relatório (2020) produzido pelo Departamento de Estado dos EUA, disponível em Conforme disponível em <https://www.ecoi.net/en/document/2048114.html>

[117] Para mais detalhes sobre a Operação, consultar <https://www.tdg.ch/monde/operation-antiterroriste-burkina-faso/story/15209904>

[118] Para uma análise circunstanciada da referida operação, consultar <https://theowp.org/burkina-faso-counter-insurgent-effort-operation-doofu-fails-fulani-citizens/>

[119] Sobre as iniciativas de contraterrorismo emanadas pelo Estado burquinense e suas limitações, consultar <https://www.marshallcenter.org/en/publications/concordiam/fighting-violent-extremism/fighting-terrorism-burkina-faso>

[120] Pela ordem de maior quantidade de habitantes: Ouagadougou; Bobo-Dioulasso; Ouahigouya e Banfora, sendo apenas a região da terceira mais populosa do país, Koudougou, não registrou ações terroristas no período analisado.

[121] Dados atualizados sobre a demografia e distribuição espacial da população burquinense disponíveis em <https://worldpopulationreview.com/countries/cities/burkina-faso>

[122] Conforme relatório mais recente (2021) divulgado pelo Departamento de Estados dos EUA, disponível em <https://www.ecoi.net/en/document/2048114.html>

[123] Conforme noticiado em <https://www.voanews.com/africa/more-160-killed-deadliest-attack-burkina-faso-war>

[124] Para informações mais detalhadas sobre o JNIM, consultar o relatório disponível em <https://www.csis.org/programs/past-projects/transnational-threats-project/terrorism-backgrounders/jamaat-nasr-al-islam>

[125] Para informações detalhadas sobre a origem e as características do grupo, consultar <https://cisac.fsi.stanford.edu/mappingmilitants/profiles/islamic-state-greater-sahara>

[126] Conforme noticiado em <https://www.france24.com/en/africa/20210607-burkina-faso-islamist-groups-target-civilians-in-cycle-of-vendettas>

[127] Dados disponíveis em <https://acleddata.com/2021/06/17/sahel-2021-communal-wars-broken-ceasefires-and-shifting-frontlines/>

[128] Idem.

[129] Dados disponíveis em <https://www.worldbank.org/en/country/burkinafaso/overview>

[130] Declaração disponível em <https://news.un.org/fr/story/2019/09/1052702>

[131] Conforme dados disponíveis em <https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/UNICEF%20Burkina%20Faso%20Humanitarian%20Situation%20Report%20No.2%20-%20March-April%202021.pdf>

[132] De acordo com o relatado em https://www.humanitarianresponse.info/sites/www.humanitarianresponse.info/files/documents/files/bfa_viz_hno2021_11052021.pdf

[133] Segundo relatório disponível em <https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/WFP%20Burkina%20Faso%20-%20Annual%20Country%20Report%202020.pdf>

[134] Idem.

[135] Conforme noticiado em <https://www.unhcr.org/news/press/2020/5/5eafedba4/burkina-faso-unhcr-condemns-violence-against-malian-refugees.html>

[136] Conforme apontado em KOMPARATO, F.K. A afirmação histórica dos direitos humanos. São Paulo: Saraiva, 2005.

[137] Disponível em https://www.ohchr.org/en/udhr/documents/udhr_translations/por.pdf

[138] www.oas.org/dil/port/1948%20Declara%A7%C3%A3o%20Universaldos%20Direitos%20Humanos.pdf

[139] <https://www.oas.org/dil/port/1966%20Pacto%20Internacional%20sobre%20os%20Direitos%20econ%C3%B3micos,%20Sociais%20e%20Culturais.pdf>

[140] http://www.unfpa.org.br/Arquivos/pacto_internacional.pdf

[141] Conforme apontado em KOMPARATO, F.K. A afirmação histórica dos direitos humanos. São Paulo: Saraiva, 2005.

[142] Conforme relatório disponível em <https://reports.unocha.org/en/country/burkina-faso/>

[143] Conforme relatório disponível em <https://www.hrw.org/world-report/2021/country-chapters/burkina-faso>

[144] Conforme relatório disponível em https://ec.europa.eu/echo/where/africa/burkina-faso_en

[145] Conforme relatório disponível em https://www.humanitarianresponse.info/files/documents/files/bfa_viz_hno2021_11052021.pdf

[146] https://ec.europa.eu/echo/where/africa/burkina-faso_en

[147] Conforme relatório disponível em https://www.humanitarianresponse.info/sites/www.humanitarianresponse.info/files/documents/files/bfa_viz_hno2021_11052021.pdf

[148] Conforme <https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/WFP%20Burkina%20Faso%20-%20Annual%20Country%20Report%202020.pdf>

[149] Conforme o texto constitucional disponível em

https://www.assembleenationale.bf/IMG/pdf/loi_072_portant_revision_de_la_constitution.pdf

[150] Relatório disponível em https://www.assembleenationale.bf/IMG/pdf/loi_072_portant_revision_de_la_constitution.pdf

[151] Segundo informações disponíveis em https://www.humanitarianresponse.info/sites/www.humanitarianresponse.info/files/documents/files/bfa_viz_hno2021_11052021.pdf

[152] Conforme relatório disponível em <https://www.state.gov/reports/2020-country-reports-on-human-rights-practices/burkina-faso/>

[153] Idem.

[154] Conforme noticiado em <https://www.voanews.com/press-freedom/media-blocked-burkina-faso-displaced-denied-voice-journalists-say>

[155] Conforme relatório disponível em <https://www.state.gov/reports/2020-country-reports-on-human-rights-practices/burkina-faso/>

[156] Idem.

[157] O documento pode ser acessado, na íntegra, em <https://www.ohchr.org/EN/NewsEvents/Pages/DisplayNews.aspx?NewsID=25299&LangID=E>

[158] Conforme documento disponível em <https://www.ohchr.org/SP/NewsEvents/Pages/DisplayNews.aspx?NewsID=25397&LangID=E>

[159] Informações contidas na relatório (2020) do Departamento de Estado dos EUA, disponível em <https://www.state.gov/reports/2020-country-reports-on-human-rights-practices/burkina-faso/>

[160] Idem.

[161] Idem.

[162] Segundo relatório disponível em <https://www.hrw.org/news/2020/04/20/burkina-faso-security-forces-allegedly-execute-31-detainees>

[163] De acordo com o relatório disponível em <https://www.amnesty.org/download/Documents/AFR3723182020ENGLISH.pdf>

[164] Conforme noticiado em <https://lefaso.net/spip.php?article88525>

[165] <https://www.state.gov/reports/2020-country-reports-on-human-rights-practices/burkina-faso/>

[166] Relatório disponível em https://www.hrw.org/sites/default/files/supporting_resources/burkinafaso_armed_islamist_atrocities.pdf

[167] Para informações mais detalhadas sobre a perseguição religiosa perpetrada por grupos extremistas em Burkina Faso, consultar <https://www.bbc.com/news/world-africa-39279050>

[168] Conforme noticiado em <https://www.bbc.com/news/world-africa-47495038>

[169] Conforme informa o relatório sobre liberdade religiosa em Burkina Faso disponível em <https://www.state.gov/reports/2020-report-on-international-religious-freedom/burkina-faso>

[170] Conforme apontado no relatório (2020) produzido pelo Departamento de Estado dos EUA, disponível em <https://www.state.gov/reports/2020-country-reports-on-human-rights-practices/burkina-faso/>

[171] Idem.

[172] <https://www.wfp.org/countries/burkina-faso>

[173] Idem.

[174] Segundo relatório disponível em https://www.humanitarianresponse.info/sites/www.humanitarianresponse.info/files/documents/files/bfa_viz_hno2021_11052021.pdf

[175] <https://www.worldbank.org/en/country/burkinafaso/overview>

[176] https://www.humanitarianresponse.info/sites/www.humanitarianresponse.info/files/documents/files/bfa_viz_hno2021_11052021.pdf

[177] <https://www.wfp.org/countries/burkina-faso>

[178] https://www.bti-project.org/content/en/downloads/reports/country_report_2020_BFA.pdf

[179] Dados disponíveis em <https://zd1.hea-sahel.org/wp-content/uploads/2018/05/Rapport-OA-BURKINA-FASO-MARS-2018-.pdf>

[180] <https://www.wfp.org/countries/burkina-faso>

[181] Segundo relatório disponível em https://www.humanitarianresponse.info/sites/www.humanitarianresponse.info/files/documents/files/bfa_viz_hno2021_11052021.pdf

[182] Segundo informações disponíveis em <https://www.wfp.org/countries/burkina-faso>

[183] Segundo informações disponíveis em <https://www.internal-displacement.org/countries/burkina-faso>

[184] Dados referentes a ano de 2018, contidos em estudo disponibilizado em https://www.epdc.org/sites/default/files/documents/EPDC_NEP_2018_Burkinafaso.pdf

[185] Idem.

[186] Conforme noticiado em <https://www.hrw.org/world-report/2021/country-chapters/burkina-faso#0f6ba4>

[187] Disponível em https://www.afro.who.int/sites/default/files/2021-06/V1_humanaire_2.pdf

[188] Idem.

[189] DRUETZ, Thomas et al. Effects of terrorist attacks on access to maternal healthcare services: a national longitudinal study in Burkina Faso. **BMJ global health**, v. 5, n. 9.

[190] Segundo relatório do Departamento de Estado dos EUA (2020), disponível em <https://www.state.gov/reports/2020-country-reports-on-human-rights-practices/burkina-faso/>

[191] Conforme noticiado em <https://www.state.gov/reports/2020-country-reports-on-human-rights-practices/burkina-faso/>

[192] Idem.

[193] Segundo dados disponíveis em https://www.afro.who.int/sites/default/files/2021-06/V1_humanitaire_2.pdf

[194] Disponíveis em <https://www.amnesty.org/en/countries/africa/burkina-faso/report-burkina-faso/>

[195] Relatório disponível em <https://www.oxfam.org/en/press-releases/over-1-million-women-burkina-faso-caught-between-conflict-and-covid-19>

[196] Segundo dados disponíveis em <https://www.afro.who.int/fr/news/le-burkina-faso-experimente-une-nouvelle-approche-de-collecte-de-donnees-liees-au-mutilations>

[197] Segundo o relatório disponível em https://www.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/UNFPA_PUB_2020_EN_State_of_World_Population.pdf

[198] De acordo com o relatório disponível em <https://www.state.gov/reports/2020-country-reports-on-human-rights-practices/burkina-faso/>

[199] De acordo com o relatório UNICEF (2019) disponível em <https://www.unicef.org/media/88801/file/Child-marriage-Burkina-Faso-profile-2019.pdf>

[200] Conforme apontado em https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/cp_aor_note_de_plaidoyer_en_0.pdf

[201] Conforme dados disponíveis em <https://data.unwomen.org/country/burkina-faso>

[202] <https://www.state.gov/reports/2020-country-reports-on-human-rights-practices/burkina-faso/>

[203] Segundo dados disponíveis em https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/cp_aor_note_de_plaidoyer_en_0.pdf

[204] Idem.

[205] Conforme apontado em <https://www.unicef.org/wca/topics/burkina-faso>

[206] Idem.

[207] Conforme noticiado em <https://www.reuters.com/article/burkina-faso-securite-idFRKCN2E01Q7>

[208] A declaração pode ser lida na íntegra em <https://www.unicef.org/wca/fr/communiqu%C3%A9s-de-presse/apr%C3%A8s-l'attaque-arm%C3%A9e-de-solhan-unicef-contribue-%C3%A0-laide-durgence-aux-9000>

[209] Segundo noticiado em <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/quase-5-milhoes-de-criancas-precisaram-de-assistencia-humanitaria-no-sahel>

[210] De acordo com o relatório disponível em <https://www.state.gov/reports/2020-country-reports-on-human-rights-practices/burkina-faso/>

[211] Conforme apontado pelo relatório produzido pelo Departamento de Estado dos EUA, disponível em <https://www.state.gov/reports/2020-country-reports-on-human-rights-practices/burkina-faso>

[212] Idem.

[213] Idem.

[214] Conforme apontado pelo relatório produzido pelo Departamento de Estado dos EUA, disponível em <https://www.state.gov/reports/2020-country-reports-on-human-rights-practices/burkina-faso>

[215] Conforme noticiado em <https://www.independent.co.uk/news/world/africa/burkina-faso-church-attack-soum-silgadji-priest-killed-terror-police-a8890866.html>

[216] Conforme noticiado em <https://www.bbc.com/news/world-africa-48246715>

[217] Embora não tenham sido encontradas, no caso presente, informações sobre o porquê dos ataques dos grupos mencionados a comunidades muçulmanas, trata-se de prática recorrente de organizações jihadistas, sobretudo o Estado Islâmico (ISIL) contra aqueles que "não são muçulmanos o suficiente", o que poderia explicar também alguns dos eventos em Burkina Faso.

[218] Idem.

[219] Conforme noticiado em <https://www.aljazeera.com/news/2019/11/5/burkina-faso-parliament-member-killed-in-sahel-region>

[220] Contudo, em 10 de junho de 2021, o presidente francês Emmanuel Macron anunciou que, após sete anos de atividade, a Operação Barkhane chegaria ao fim, indicando que haverá uma retirada de tropas e uma reestruturação da presença da França na região. Estatisticamente, a Operação Barkhane pouco fez para conter a violência no Sahel. Dados do "The Armed Conflict and Event Data Project" demonstram que desde o início da Operação, em 2014, o número de mortes decorrentes de conflitos jihadistas no Mali, em Burkina Faso e no Níger cresceu de 456, em 2014, para 6.276 em 2020 (aumento de 1.376%). Os dados mencionados nesta nota estão disponíveis em <https://www.aljazeera.com/news/2021/6/30/what-end-france-operation-barkhane-mean-burkina-faso>

[221] Conforme noticiado em <https://www.bbc.com/news/world-africa-43257453>

[222] Conforme noticiado em <https://www.reuters.com/article/us-semafo-attack-idUSKBN1XG2BL>

[223] Para justificar a adoção das referidas restrições, o ministro dos Direitos Humanos de Burkina Faso, Bessolé René Bagoro, concedeu entrevista afirmando o seguinte: "You don't have the right to give the position of security forces, because that will help the enemy know how we are organizing ourselves [...] Or, for example, if there is an attack and you publish pictures, you say that people are fleeing, the army is losing, you encourage [the enemy]. So, it's very precise". Conforme disponibilizado <https://www.theguardian.com/world/2019/jul/14/burkina-faso-tightens-press-freedom-amid-security-crisis>

[224] Conforme noticiado em <https://cpi.org/2019/07/burkina-faso-parliament-passes-legal-revisions-cri>

[225] Para uma análise mais detalhada sobre a liberdade de imprensa em Burkina Faso, consultar <https://www.indexonensorship.org/2021/06/burkina-faso-media-freedom/>

[226] Para dados atualizados sobre o avanço da Pandemia no país, consultar

<https://www.worldometers.info/coronavirus/country/burkina-faso/>

[227] Para informações mais específicas sobre como a pandemia de Covid-19 piorou o já combatido sistema de saúde burquinense, consultar <https://www.msf.org.br/noticias/burkina-faso-como-epidemia-de-covid-19-piorou-crise-humanitaria>

[228] Conforme noticiado em <https://www.iamat.org/country/burkina-faso/risk/coronaviruses>

[229] De acordo com dados contidos na reportagem disponível em <https://www.thenewhumanitarian.org/2020/08/19/conflict-and-coronavirus-spark-hunger-crisis-burkina-faso>

[230] O estudo sobre o aumento dos preços dos víveres em Burkina Faso decorrentes dos corolários da Pandemia de Covid-19 está disponível em <https://akademiya2063.org/uploads/Covid-19-Bulletin-006.pdf>

[231] Conforme informado no relatório disponível em <https://www.thenewhumanitarian.org/2020/08/19/conflict-and-coronavirus-spark-hunger-crisis-burkina-faso>

[232] Conforme noticiado em <https://www.france24.com/en/20200531-militants-target-burkina-faso-market-aid-convoy-in-separate-deadly-attacks>

[233] Conforme dados disponíveis em <https://perspective.usherbrooke.ca/bilan/servlet/BMTendanceStatPays>

[234] Conforme do estudo disponível em <https://zone.biblio.laurentian.ca/handle/10219/3477>

[235] Conforme notícia divulgada em <https://news.un.org/fr/story/2020/08/1075152>

[236] Idem.



Documento assinado eletronicamente por **Bernardo de Almeida Tannuri Laferté**, **Coordenador(a)-Geral do Comitê Nacional para os Refugiados**, em 16/09/2021, às 09:29, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Pedro Henrique de Moraes Cicero**, **Professor do Magistério Superior em Exercício no Ministério da Justiça e Segurança Pública**, em 16/09/2021, às 10:46, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **15649137** e o código CRC **351F997E**.
O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/aceso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.